

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,**
INICIADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2008. -----
----- **ACTA NÚMERO CINQUENTA E SETE** -----

----- No dia 16 de Setembro de 2008, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo

Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, José Manuel Cal Gonçalves, Manuel Fernando Dias de Almeida, José Luís Português Borges da Silva, Carlos Alberto Rebelo Costa, Pedro Miguel Gamito Cruz Santos, Maria Helena Forbes de Bessa Lencastre, Fernando Manuel Catarino Narciso, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Maria João Bernardino Correia, Rui Manuel Santos Matos Alves, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Cecília da Conceição Simões Sales, José Guilherme de Figueiredo Nobre Gusmão, Maria Raquel Ponte da Luz Martins de Sousa, Carlos Manuel de Melo Barroso, João Vitorino Silva, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp, Joaquim Lopes Ramos e José Manuel Rosa do Egipto. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- David Valente (PSD), por dez dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por dez, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva.-----

----- Henrique Freitas (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Manuel Cal Gonçalves. -----

----- António Silva Preto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Catarino Narciso. -----

----- José Ribeiro Rodrigues (PS), até ao dia 20 de Dezembro de 2008, sendo substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- Ismael Fonseca (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Rogério Santos (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, Maria José Falcão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiães, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, Alexandra Bandeira, Margarida Velho, José Carlos Alegre, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Carolina Tito de Morais, António Rebelo, Joaquim Capucho, Emílio Rincon Peres, Luís Cavaco, Odete Ferrajota, Manuel Poças, Manuel Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco, Luís Novaes Tito, Pedro Costa, Teresa Estrela,

Eurico Dias, António Rêgo, Deolinda Santos, Alberto Seguro Dias, António Lopes, Maria Antonina, David Amado, Alexandre Mateus, Anabela Pilar, Bruno Inglês, Pereira da Costa, Catarina Martins, Alberto Pereira, Rute Florêncio, Osvaldo Sousa, Fernando Gonçalves, Ena Bonfim, Lurdes Menor, Artur Oliveira, Luís Silva, Susana Martins e Vítor Formiga, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. -----

----- Ana Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cecília Simões Sales. -----

----- Deolinda Machado (PCP), para os dias 15 e 16 do corrente mês, sendo substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- João Corregedor da Fonseca, Deputado Municipal suplente do PCP, pediu a suspensão por 60 dias. -----

----- Carlos Silva Santos e Romão Lavadinho, Deputados Municipais suplentes do PCP, pediram a suspensão do mandato por um dia (16 de Setembro de 2008). -----

----- Carlos Marques (BE), por 45 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Nobre Gusmão. -----

----- Rita Folgosa, do BE, pediu a suspensão do mandato por 90 dias, sendo substituída pela Deputada Municipal Maria Raquel Martins de Sousa. -----

----- Timóteo Macedo, Deputado Municipal suplente do BE, pediu a suspensão do mandato por 30 dias, a partir do dia 1 de Setembro. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Barroso. -----

----- João Pedro Pereira e Nuno Van Uden, Deputados Municipais suplentes do CDS-PP, pediram a suspensão do mandato por um dia (16 de Setembro de 2008). -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito Cruz Santos. -----

----- Athayde de Carvalhosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, por Maria Helena Bessa Lencastre. -----

----- João Mourato Grave (PSD), Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, por Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Saldanha Serra (PSD), relativamente à reunião realizada no dia 22 de Julho de 2008. -----

----- José Rodrigues (PS), relativamente à reunião realizada no dia 22 de Julho de 2008. -----

----- Às 15 horas e 25 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, e depois de cumprimentar o Executivo Municipal, os Senhores Deputados Municipais, o público presente e os funcionários, abriu, nos termos regimentais, o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Carlos José Guinote**, morador nas Escadinhas das Olarias, n.º 3, Lisboa, disse que dormia frequentemente em Lisboa, na casa de uma sua filha na morada referida, e a primeira vez que lá foi, comerciantes e outras vezes prostitutas o avisaram que era perigoso levar uma sacola às costas para aquele local. -----

----- Disse que tem verificado que era difícil e muito perigoso ir ou sair dessa morada de noite, pessoas do prédio têm sido assaltadas e quanto a si era uma autêntica vergonha que as pessoas tivessem medo de sair das suas casas. -----

----- Referiu que ultimamente a Câmara foi avisada que num prédio em frente daquele a que se estava a referir, as obras terminaram por falência do empreiteiro, não se fecharam as portas, e esse prédio novo começara a ser a “hospedaria” da prostituição e um centro de recolha dos toxicodependentes, o que agravava a situação dos moradores. -----

----- Aliás, à noite teve um problema com toxicodependentes, foi à PSP da Mouraria onde o aconselharam a sair do local que era muito melhor porque à noite nunca se sabia de onde saía uma navalha e para ir lá no dia seguinte para eles tratarem do problema. -----

----- O que se passava nesse prédio, onde a Câmara não intervinha apesar de saber o problema que lá existia, era degradante. Escusava-se a dizer ali o que se via do exterior. -----

----- Referiu que, do seu ponto de vista, as salas de chuto seriam um factor importante para a redução do número de assaltos e um caminho para a recuperação dos toxicodependentes, pelo que perguntava ao Sr. Presidente da Câmara para quando a instalação das prometidas salas de chuto, e também que plano tinha para que o Largo do Martim Moniz e a zona do Intendente deixassem de ser centros comerciais ao ar livre para a prostituição e tráfico de droga. -----

----- Concluiu dizendo que no tempo da ida ao espaço e dos grandes avanços da ciência e da tecnologia que permitia já, pela Internet, cada um ver a sua própria casa, no tempo do novo Magalhães, os poderes não eram capazes, por clara falta de vontade, de resolver problemas muito mais simples. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que seriam solicitados à Câmara os esclarecimentos pretendidos. -----

----- **O Sr. Artur do Patrocínio Palácios**, morador na Av. de Ceuta Norte, Quinta do Loureiro, lote 7 – 5ºB, 1300-140 Lisboa, solicitou à Sra. Presidente o favor de mandar ler a sua exposição porque sendo invisual não o podia fazer, tendo então a funcionária dos Serviços de Apoio, Isabel Carreiro, procedido à leitura da referida exposição, que tinha o seguinte teor: -----

----- “Recebi um ofício em 18 de Junho de 2008, da minha Junta de Freguesia, comunicando que a Câmara Municipal de Lisboa ia arranjar os materiais danificados e limpar o parque brevemente, sendo que já passaram três meses e nada foi feito. -----
----- Tal como o caso do ginnodesportivo que V. Exas. tinham conhecimento que estava pronto, era só montar o pré-fabricado para ser inaugurado em Março de 2004, que depois já era em Março de 2005. Não foi montado nem sabemos do paradeiro dele. -----

----- A piscina foi fechada em Novembro de 2007 e até hoje não sabemos quando reabre, embora a piscina e o pavilhão estejam a fazer muita falta no bairro. Se queremos praticar desporto, e a terceira idade fazer ginástica de manutenção para aprendermos a nadar só se formos para as docas. Para se fazer desporto ou outros exercícios físicos, como eu faço, tem que ser na rua e à chuva, e já lá vão cinco anos e tal. -----

----- Termino pedindo para se deslocarem à Av. de Ceuta/Norte, Quinta do Loureiro, e observarem o abandono em que se encontra a encosta do antigo Casal Ventoso e a parte onde moram mais de duas mil pessoas. Obras de fachada para inglês ver têm-se feito algumas: campo da malha e basquetebol, e umas escadinhas sem luz e sem corrimão sem um mínimo de segurança para quem precisa de subir e descer todos os dias, de dia e de noite. -----

----- Junto à minha intervenção os ofícios que esclarecem melhor a situação porque não tive tempo para os expor neste momento.” -----

----- **O Sr. Armando da Silva Vasques**, morador na Av. de Ceuta Sul, lote 2 – 4º letra A, 1300-024 Lisboa, disse que, como homem, julgava merecer melhor consideração porque tem direito a viver a sua vida, tem direito àquilo que é seu, tem direito a viver em paz. Referia isto porque antes tinha uma casa na Rua do Arco do Carvalhão, n.º 227, Vila Prado, porta 2, casa essa que lhe deitaram abaixo, segundo então lhe disse o Dr. Rui Lima porque estava em ruína, e meteram-no no andar onde presentemente mora. -----

----- Pediu à Mesa da Assembleia que fizesse uma vistoria à casa onde estava a morar, porque tinha cerca de 80 azulejos a cair, já numa altura lhe caíram 38 azulejos numa perna, já comprara um arrancador para a fluorescente da cozinha, tinha uma porta do armário com dobradiças desiguais, tinha o autoclismo avariado, as fechaduras das portas não fechavam e as portas estavam empenadas. -----

----- Disse, ainda, que não tem segurança onde mora, já foi agredido duas vezes, e realmente não merecia ser tão maltratado como a Câmara o maltratara. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que não era da competência da Assembleia fazer qualquer tipo de vistoria, de qualquer forma a Mesa iria pedir, de imediato, uma informação ao Gabinete da Sra. Vereadora Ana Sara Brito e subsequentemente deslocar-se-ia com certeza para ver o que se passava. Portanto, não era da sua competência fazer qualquer vistoria, mas não deixariam de o fazer se assim fosse necessário. -----

----- **A Sra. D. Liliana Alexandra Fernandes Teixeira**, moradora no Bairro da Boavista, lote 45 – 1º A, 1500 Lisboa, disse que estava a viver numa casa com os seus

pais, o seu pai estava acamado, já fizera um pedido de desdobramento à GEBALIS mas não obteve resposta. -----

----- Referiu que vive com o seu filho num quarto e a sua mãe no outro com o seu irmão de 12 anos, andava nesta situação há mais de um ano. A GEBALIS do bairro estava fechada, foi à GEBALIS central mas ninguém lhe dizia nada. Ligava todas as semanas e não havia nenhuma resposta para si. O seu filho entrara agora para a 1ª classe e não tinha um quarto para poder estudar, não tinha privacidade assim como a sua mãe com 50 anos e o seu irmão com 12 também não tinham privacidade nenhuma, o que era de lamentar quando havia tantas casas fechadas no Bairro da Boavista. -----

----- **A Senhora Presidente** disse à munícipe que a assessora da Sra. Vereadora Ana Sara Brito iria ter com ela de imediato para se inteirar de toda a situação e dar sequência. -----

----- **A Sra. D. Maria Manuela de Sousa da Silva Ferreira**, moradora na Rua Bento Mântua, bloco 9, porta 9 C, 1950-300 Lisboa, disse que pertence à Associação de Moradores da Prodac, da 1ª fase, e vinha neste momento lembrar as situações que estavam por resolver relativamente às viúvas e também outras situações, pois os moradores insistiam que o contrato da Prodac era bem explícito em relação à sucessão das casas, e que as mesmas já estavam liquidadas desde 1994. -----

----- Por outro lado, os moradores expressavam também o seu descontentamento, por escrito, recusando-se a fazer qualquer habilitação de herdeiros pois achavam que se estavam a beneficiar os que compraram as casas. E também não lhes foi dado a conhecer que havendo documentos em falta em alguma situação por resolver não seriam feitas nenhuma escrituras das casas, o que era injusto pois aos moradores que entregaram os documentos pedidos foi-lhes prometido que as escrituras iriam sendo feitas conforme se fossem resolvendo as situações. -----

----- E lembravam também ao Executivo municipal que era vergonhoso que esta situação se arrastasse há tantos anos e continuassem a receber as amortizações das casas, que estavam mais que pagas e que eram por direito dos proprietários e seus sucessores. -----

----- Por fim, disse que, caso não houvesse resposta da parte da Câmara, teriam que partir para outros meios pois parecia que andavam a brincar com a situação há muito tempo, já que se alguém cometera erros não foram os proprietários que sempre cumpriram com os seus deveres, inclusivamente na conservação das habitações, conforme o contrato com a Prodac referia. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Sra. Vereadora Ana Sara Brito acabava de informar que o problema das viúvas estava absolutamente salvaguardado, mas imediatamente uma assessora da Sra. Vereadora iria falar com a munícipe no exterior da Sala do Plenário. -----

----- **A Sra. D. Fernanda Magalhães Costa Rodrigues**, moradora na Rua Bento Mântua, bloco 2, casa 2A, Lisboa, depois de referir que é viúva e moradora do Bairro da Prodac, disse que ouvira a Sra. Presidente dizer agora a um membro da Direcção da Associação de Moradores que se ia resolver o problema, e esperava que sim. É que

ela própria foi à Associação pedir um esclarecimento sobre a mudança das casas para as viúvas, e a resposta que obtivera foi que tinham dito à Associação que não passava casa nenhuma para as viúvas porque não estavam para prejudicar os moradores que compraram casas clandestinas. -----

----- Seria que tinha alguma coisa a ver com aquilo que outros comparam, quando sabiam, pelo contrato, que não podiam comprar nem alugar? Não tinha culpa nenhuma disso, morava ali desde o início do bairro, o seu marido morrera há oito anos, estava farta de pedir a passagem da casa para seu nome, e o que lhe pediam era a habilitação de herdeiros, quando era certo e sabido que não tinha que apresentar nenhuma habilitação de herdeiros porque no seu contrato constava que eram os cônjuges e que na morte de um ficaria para o outro e que na morte do último ficaria para o filho que estivesse a morar na habitação. -----

----- Portanto, não se julgava na obrigação de apresentar nenhuma habilitação de herdeiros: primeiro, porque não tinha dinheiro para fazer isso, e, segundo, porque no seu contrato com a Prodac não estava nada disso. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu à munícipe que deixasse a uma senhora funcionária outros elementos que eventualmente tivesse consigo, para além da identificação e morada que já tinham, por forma a que a Mesa tentasse apurar o que se passava e dar-lhe uma resposta. -----

----- **O Sr. Fernando de Jesus da Costa**, morador na Rua Bento Mântua, bloco 11 B 1900 Lisboa, disse que morava no Bairro da Prodac, 1ª fase, e desde que se formara a Associação, há cerca de dez anos, a Câmara dissera que legalizava o bairro e nunca mais o legalizara. Andavam a ser enrolados, este problema nunca mais tinha fim, havia até uma parte do bairro que já nem tinha luz há cerca de dois meses, e gostava que lhe dessem uma resposta sobre como resolver a questão do Bairro da Prodac. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que como certamente era do conhecimento do senhor munícipe a Assembleia não tinham competências executivas nessa matéria. De todo o modo, a Mesa não deixaria de o informar sobre a questão colocada. -----

----- **A Sra. D. Renata Lajas**, moradora na Rua Mateus Vicente, n.º 3 – 3º esqº, 1500-445 Lisboa, falando em nome dos moradores da Rua Mateus Vicente e da Rua José Maria Nicolau, disse que pretendiam expor à Assembleia Municipal de Lisboa as suas reservas quanto à legitimidade da construção do edifício-sede da Cofina, na Freguesia de São Domingos de Benfica.-----

----- Mas começava por resumir as três fases cruciais desse processo. -----

----- A primeira fase tratava da emissão do alvará 15/89, na gestão municipal do Eng.º Kruz Abecasis, a favor do Sport Lisboa e Benfica, em que se constituíram onze lotes destinados a habitação. -----

----- Nesse alvará, além do lote dez estar omissa, para o lote onze apenas estavam definidos o uso, que era habitação, confrontações, área do lote e o número de pisos, quatro. Não eram mencionadas a área de construção máxima, a cota de soleira e os polígonos de implantação. Portanto, não era definida a área total de construção. -----

----- A segunda fase acontecera em 2002, quando foi pedida a mudança de uso que se tornava necessária para a aprovação do projecto, onde o promotor justificava que, citou: -----

----- “O projecto de loteamento, ao prever um lote confinante com outros destinados a habitação com um volume equivalente a quatro pisos correspondentes aos pisos inferiores com que confina, teve como objectivo dotar a zona de comércio e terciário aproveitando a topografia do terreno. Só desta forma se poderia respeitar a servidão de vistas dos indicados lotes confrontantes, bem como a regulamentação da apresentação de projectos de arquitectura, designadamente sob empenas, pés direitos, etc.” -----

----- Mas realçava que não se encontrava nesse documento referências à área total de construção do lote em causa, mais uma vez. -----

----- A Câmara aprovara a mudança de usos em 2003, com a Vereadora Eduarda Napoleão, e excedia o que estava disposto no já referido alvará, conferindo, pela primeira vez, uma edificabilidade de 16.410 m², não acautelando o afastamento aos edifícios existentes, a cota de soleira e a salvaguarda de vistas, privacidade e insolação. Portanto, a Câmara mudara o uso e aumentava o total da edificabilidade, o que entendiam não estar correcto. -----

----- E porquê? Porque o que se podia construir sendo um lote habitacional, seria sempre inferior ao que na prática se permitira edificar como terciário, onde as regras, como se podia ver, não eram tão exigentes. -----

----- Assim, num verdadeiro passo de mágica, foi possível aumentar substancialmente a edificabilidade, volume e altura, do lote onze, sem que daí tivessem resultado contrapartidas para a Câmara e comprometendo a relação do novo edifício com as construções já existentes: índices, volumetria, afastamentos, citando o RGEU, etc. ----

----- A terceira fase ocorrera quando o projecto de arquitectura foi aprovado, em 2004, com a cota de soleira de 96 metros, quatro metros acima da rua principal que lhe dava acesso, fazendo com que a entrada principal do edifício fosse feita por escada tendo em conta o desnível provocado, resultando num aumento de pisos acima do chão. -----

----- O afastamento do projecto aprovado face aos lotes vizinhos, variava entre zero – lote um e lote dez – e os dois metros, num claro desrespeito aos parâmetros definidos no Regulamento Geral das Edificações Urbanas. A regra dos 45 graus foi aplicada de uma forma que se lhes afigurava ilegítima pois era cumprida à custa dos lotes vizinhos, quando numa situação normal os afastamentos aos limites do lote e respectivas edificações deviam ser partilhados entre os lotes, devendo haver um afastamento mínimo de seis metros nas traseiras da construção. -----

----- Disse, ainda, que o acto final do processo ocorrera há cerca de um mês, quando após o levantamento de um auto de embargo da obra por ela desrespeitar o projecto aprovado, foi apresentado pelo promotor um projecto de alterações no início de Setembro, que procurava corrigir as desconformidades detectadas na vistoria. -----

----- De referir também que o parecer de embargo foi emitido em 31 de Julho, quando estava a ser colocado o ferro para os pilares do terceiro piso, portanto a Câmara ainda estava a tempo de remediar o erro. -----

----- Portanto, à Câmara eram atribuídas culpas pois não acautelara os interesses dos seus munícipes ao permitir que se excedesse a edificabilidade, todas as fases do processo configuravam prejuízo do interesse público em que o Benfica aparecia como um simples intermediário entre a Câmara e promotores privados, por forma a conseguir isenção de taxas municipais e condições leoninas de edificabilidade, já que havia um protocolo feito entre a Câmara e o Benfica, que, por via disso, passara os direitos para o promotor. -----

----- Face à clara percepção de terem podido existir diversas omissões e ilegalidades na aprovação deste projecto ao longo de todo o processo, questionavam a legitimidade do acto administrativo que permitira essa construção, visto que as aprovações baseadas em ilegalidades constituíam actos administrativos nulos que não conferiam ao promotor direitos indemnizatórios. -----

----- Perante estes factos, exigiam a paragem da obra, a reapreciação do projecto e o redimensionamento dessa barbaridade urbanística, classificação dada pelo Sr. Presidente da Câmara na última reunião descentralizada realizada na Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, e o debate e negociação entre as partes interessadas. -----

----- Avisada duas vezes pela Sra. Presidente de que já tinha excedido o tempo, terminou entregando na Mesa a intervenção feita pedindo que fosse distribuída à Assembleia porque não tivera tempo de a ler na totalidade. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a Comissão de Urbanismo estava a estudar essa matéria e que hoje mesmo teriam um debate sobre a questão, em função de uma Moção que foi apresentada. -----

----- **O Sr. António Rui Pita**, morador na Estrada de Benfica, n.º 713, 5º esqº 1500 Lisboa, disse que o assunto que ia apresentar deveria ter sido apresentado em reunião de Câmara, mas porque tal lhe passara ia fazê-lo através da Assembleia Municipal. ---

----- Disse, então, que há cerca de 30 anos a sua firma tinha uma questão na Ameixoeira que estava para resolver desde o tempo da presidência do Dr. Jorge Sampaio. Mais tarde o Prof. Carmona Rodrigues, a Eng.ª Gabriela Seara e o Dr. Fontão de Carvalho procuraram resolver o assunto mas ele depois transitara para o Executivo seguinte. -----

----- E no Executivo seguinte, graças a um bom gabinete que tinha, o processo andara. Só que agora estava pendente, desde 19 de Fevereiro deste ano, quando, naturalmente, um processo com trinta anos deveria ter andado mais depressa. -----

----- E estava pendente, segundo um fax que recebera do Gabinete do Sr. Vereador Manuel Salgado, porque o Departamento Jurídico da Câmara tinha o processo para resolver. Bom, mas já estava desde Fevereiro até agora para resolver! -----

----- Referiu que dos quatro sócios da firma dois já morreram, dos vivos um era advogado e outro engenheiro, e o que pretendiam era que o advogado da firma tivesse uma reunião com o Departamento Jurídico da Câmara para que a questão fosse resolvida a bem. Depois de trinta anos mereciam ser bem tratados pela Câmara Municipal de Lisboa, o problema passara por diversos Executivos e foi o último que o

tentara tirar do caixote do lixo. Ele esteve em tribunal, levado pelo Sr. Dr. João Soares, a Câmara perdera o processo e agora parecia que estavam a pagar essa dívida.

----- Disse, ainda, que tem sido bem tratado pelo Sr. Vereador, principalmente pelas suas assessoras, e reiterou o pedido para que o Departamento Jurídico da Câmara tivesse uma reunião com o advogado da firma. -----

----- Depois, mudando de assunto, disse que havia um prédio com as obras paradas junto ao Mercado de Benfica, sabia que o Sr. Arquitecto já lá foi ver, e ao que parecia estava só parado devido às canalizações dos esgotos. O que acontecia era que o prédio tinha cinco ou seis andares que estavam povoados pela droga e pelos ladrões. Ainda na sexta-feira passada a polícia lá foi buscar dois “clientes” daqueles que mais procurava. -----

----- E quanto ao palácio que em Benfica chamavam “o palácio da droga”, disse que também sabia que o Sr. Arquitecto estivera lá e que ia procurar resolver. Só precisavam que aquilo fosse efectivamente deitado abaixo, pese embora ele tivesse sido em tempos cedido pela Câmara para uma instituição de apoio a deficientes. -----

----- Por fim, disse que o trânsito em Benfica, devido à CRIL, era um pandemónio. A Junta começara por pôr pilaretes para os carros não estacionarem em cima do passeio, mas estava outra parte por fazer já há meses. A Câmara não tinha dinheiro para aquilo? A Junta não fazia? Por exemplo na Rua Cláudio Nunes se houvesse um incêndio as pessoas morriam lá porque a rua era estreita, o estacionamento era de um lado e de outro e os carros de bombeiros não podiam lá ir. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa ia transmitir essas preocupações. -----

----- **A Sra. D. Maria Virgínia Barbosa**, moradora na Rua António Enes, n.º 16 – 3º F, 1050 Lisboa, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade que nos é dada para, ao fim de trinta anos de completo abandono pelas autoridades, nos terem finalmente dado ouvidos. -----

----- Na qualidade de proprietários e cidadãos de Lisboa temos vindo a ser confrontados com várias intervenções da Embaixada de Israel, não só no nosso edifício como agora também no espaço público. O controlo diário de entradas no prédio, a destruição de condutas de extracção de fumos e de ventilação, a colocação de um portão blindado na nossa garagem, e agora a pretensão de colocar um arco de detenção de metais no *hall* do prédio são claras violações da nossa liberdade, estabelecida pelo artigo 27º da Constituição, para além de constituírem graves violações das condições de segurança contra incêndios. -----

----- Acresce, agora, a intervenção no espaço público com a colocação de barreiras metálicas, comandadas do interior da Embaixada, bloqueando o acesso à nossa garagem colectiva onde a Embaixada não possui qualquer lugar de estacionamento, e obstaculizando o acesso a táxis, cargas e descargas e livre circulação de peões. -----

----- Não obstante toda a colaboração da PSP no cumprimento das suas obrigações, a actuação da segurança da Embaixada tem-se revelado condicionadora da actividade comercial na envolvente, e da livre utilização do edifício onde estamos localizados. ---

----- É com alguma expectativa que deixamos a nosso apelo a esta Assembleia e à Câmara Municipal, como nossos legítimas representantes, para que sejam efectuadas diligências no sentido de deslocalizar esta Embaixada, à semelhança de outras, na Cidade de Lisboa, obstando, assim, a que continuemos a ser escudos humanos e instrumentos de uma estratégia de segurança de um país estrangeiro. -----

----- Agradecendo a atenção dispensada por esta Assembleia, ficamos a aguardar o vosso empenho na resolução deste problema.” -----

----- **A Senhora Presidente** disse que tinham hoje justamente discussão na Assembleia sobre essa matéria. -----

----- **O Sr. Reinaldo Rodrigues Coelho**, morador na Rua António Enes, n.º 13-A, 1050 Lisboa, disse que estava em representação da parte comercial da zona da Praça Duque de Saldanha, para falar da Embaixada de Israel, porque essa Embaixada era um perigo público para todos eles. As pessoas que habitavam essa zona eram escudos humanos, pelo que, solidário com a Arqtª Maria Virgínia Barbosa, pretendia dar-lhe o maior apoio já que era inquilina do prédio onde estava sedeada a Embaixada. -----

----- Portanto, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que arranjasse outro sítio para aquela Embaixada de alto risco. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que tal como foi informada a interveniente anterior, a Assembleia Municipal debateria hoje essa matéria com duas recomendações. -----

----- **O Sr. João Ferreira Lopes**, morador na Rua Mateus Vicente, n.º 7 – 1º dtº, 1500-445 Lisboa, disse que era um dos prisioneiros da construção da Cofina, um condenado a prisão perpétua sem culpa formada. De facto, entaiparam-no completamente, não podia dizer de um dia para o outro mas de um ano para o outro.---

----- Logo no início, quando as máquinas começaram as escavações atingindo dois metros abaixo das três caves do seu prédio, foram cortados os níveis freáticos e a água jorrara de tal forma que foi necessário arranjar bombas e autotanques para a transportarem. Depois ergueram um muro com cinco caves, embora eles dissessem que eram quatro porque fizeram o pé direito muito superior ao normal. -----

----- Portanto, ergueram um muro para cinco caves abaixo das três caves do seu prédio, ou seja, tinham cinco caves abaixo da Rua Mateus Vicente estancando a água debaixo dos alicerces do seu prédio. A água não foi desviada, estava lá! Ela ouvia-se através do muro quando o muro estava à vista. Foi pena que os responsáveis não tivessem comparecido na altura para poderem verificar tudo isso, porque aquilo que agora estava à vista era apenas a ponta do *icebergue*. A água estava por baixo, estava minando os alicerces, o prédio estava rachado, as rampas que davam acesso ao prédio pela Rua Mateus Vicente já descolaram do prédio, e tudo isso era feito à revelia dos responsáveis. -----

----- Depois surgira então à vista de todos o gigante que lá estava, que resultava de um erro, como, aliás, o Sr. Presidente da Câmara referira, na reunião do passado dia três, quando afirmara que se tratava de uma barbaridade urbanística e que nenhum dos elementos do Executivo municipal se revia nessa barbaridade. -----

----- Ora, isso era admitir um erro e os erros não se perpetuavam, corrigiam-se doesse a quem doesse, porque quando elegeram o Sr. Presidente para a Câmara fizeram-no

com a esperança que ele fizesse alguma coisa corrigindo o que estava mal. E ele corrigira, desde a Feira Popular, ao Parque Mayer, ao Vale de Santo António, etc. -----
----- Agora não podia fazer nada porque já estava o acto consumado?! Não, não era bem assim porquanto isso enfermava logo de um erro de princípio. *Ab initio* cometera-se o erro de fazer uma alteração ao alvará 15/89 sem consultar, por escrito, dois terços dos interessados naquela urbanização. Foi a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão que através do aviso n.º 74, de Agosto de 2003, que modificara o alvará de habitação para fins terciários. -----

----- Disse, ainda, que o erro consiste na deformação da realidade proveniente do conhecimento defeituoso dos factos, que induziram o órgão competente em erro a fim de manifestar uma vontade com um certo conteúdo, e abstiveram-se de mostrar o erro em que o órgão administrativo se encontrava, deixando formar e manifestar uma vontade viciada para dela tirar proveito. Portanto, a administração teria induzido em erro o Executivo quando referiu que tudo correria normalmente, pelo que depois o Executivo nada mais teria a fazer senão corrigir deitando abaixo o que teria que ser deitado abaixo. E a placa que diziam que a obra estava suspensa, isso era falso porque depois de ter sido dado o aviso continuaram a pôr as placas, elas já estavam todas lá em cima do último piso. -----

----- **A Senhora Presidente**, depois de responder ao munícipe que a Assembleia discutiria hoje essa matéria, ausentou-se da Mesa informando que o Sr. Primeiro Secretário conduziria os trabalhos durante a próxima intervenção do público. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, antes de chamar o munícipe seguinte para intervir, Sr. Marco António Machado, que ia falar sobre a extinção da SRU, informou que a proposta 601/2008, que constava da Ordem de Trabalhos desta Sessão, por proposta da Mesa discutida na Conferência de Representantes, iria ser analisada pelas Comissões Permanentes de Administração e Finanças, Urbanismo e Mobilidade, e Reabilitação Urbana, solicitando a Mesa, expressamente, a essas Comissões que analisassem a aplicabilidade do artigo 147º do Código das Sociedades Comerciais, que foi evocado na proposta da Câmara para a sua extinção dessa SRU, porque suscitava bastantes dúvidas se essa evocação poderia ser aplicada. -----

----- Portanto, essa proposta não seria discutida hoje, em princípio, dependendo da forma como decorresse o trabalho das Comissões, seria discutida na reunião de continuação desta Sessão. -----

----- **O Sr. Marco António Machado**, morador na Rua da Junqueira, 268 – 2º esqº 1300-346 Lisboa, disse que trabalha na SRU da Baixa Pombalina desde que ela tem um espaço físico, portanto desde Fevereiro de 2005, e vinha pedir a sua integração e dos seus colegas na EPUL, uma vez que será essa empresa a assumir o trabalho e as competências da Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Pombalina, tal como foi defendido na campanha eleitoral por vários partidos e comunicado em Abril deste ano pelo Executivo camarário, que dizia estar a concluir as peças jurídicas que se destinavam à extinção das SRU's e a proposta de decreto-lei a apresentar ao Governo para alterar os Estatutos da EPUL e integrar as três SRU's. -----

----- Disse, depois, que ia recapitular apenas algumas das atribuições que acompanharam a empresa desde o início que levaram à sua situação actual. -----

----- No início, tanto ele como os seus colegas, foram para a SRU porque acreditaram no projecto de reabilitação da Baixa Pombalina, mas desde cedo começaram a haver vários entraves. O primeiro foi o sucessivo alargamento da zona de intervenção, que neste momento ia de São Paulo a Alfama e da Praça dos Restauradores até ao Tejo, o que significava que era muito maior que aquilo que era conhecido como a Baixa Pombalina. -----

----- Nunca lhes foram dadas as condições fundamentais para trabalharem, nunca houve uma decisão sobre o instrumento de gestão territorial, e embora desde o início as sucessivas administrações que tiveram tivessem pedido ao Executivo camarário orientações nesse sentido, tal como a lei obrigava, esse instrumento surgira apenas há poucos meses atrás na forma do plano de pormenor da Baixa, para o qual eles próprios contribuíram largamente. -----

----- Por outro lado, tiveram várias administrações que deram parcas orientações sobre o trabalho a desenvolver. Andaram em gestão corrente durante bastante tempo, tendo mesmo chegado a ficar apenas com um vogal do Conselho de Administração no final de 2006, o que levava a terem salários em atraso. -----

----- Após a nomeação do Comissariado para a Baixa, foram dadas orientações pela Câmara Municipal para a SRU parar o trabalho que vinha desenvolvendo, para durante seis meses contribuir exclusivamente com a informação já recolhida para o relatório final do Comissariado. -----

----- Ainda assim, ao longo dos pouco mais de três anos de existência, produziram e analisaram bastante informação sobre a Baixa Pombalina, que agora não sabiam que destino ou que utilidade iria ter. -----

----- Participaram no plano de pormenor da Boavista e estavam a elaborar os documentos estratégicos solicitados pelo Sr. Vereador Manuel Salgado, e a participar no plano de pormenor da Baixa para o qual forneceram os termos de referência. -----

----- Quando receberam, pela comunicação social, a notícia da extinção da empresa, enviaram cartas, em nome dos trabalhadores, a todos os Grupos Municipais, aos Srs. Vereadores, ao Sr. Presidente da Câmara e à Sra. Presidente da Assembleia Municipal expondo a surpresa que tiveram perante essas notícias, e expressando a preocupação que tinham com a situação laboral, nomeadamente quanto à perspectiva de desemprego numa altura em que o emprego escasseava. -----

----- Mas receberam poucas respostas a essas missivas e aperceberam-se da pouca vontade de dar respostas conclusivas, pelo que era com grande frustração que concluía esta intervenção. No fundo, tanto ele como os seus colegas acreditaram que este era o caminho para reabilitar metodicamente a Baixa, tanto a nível do edificado como a nível do espaço público e das infra-estruturas, mas essa crença de pouco servira perante todos esses obstáculos. -----

----- Terminou reiterando o pedido no sentido dos trabalhadores da SRU da Baixa Pombalina serem integrados na EPUL. -----

----- **O Sr. Paulo Violante**, morador na Calçada do Carrascal, 164 – r/chão, 1900-134 Lisboa, começou por referir que a sua vontade era dizer que o claro é luz e que a ignorância é obscuridade. As actividades artísticas, plásticas, que surgiam na rua deveriam ser mais acarinhadas pela Câmara Municipal do que aquilo que têm sido. Deveriam ter um regulamento próprio que não fosse, como parecia, um regulamento de vendedores ambulantes, contra os quais nada tinha. -----

----- Portanto, devia ser um regulamento que deveria estar no Pelouro da Cultura, até porque a vida não era fácil e havia pessoas que se metiam no meio dos artistas como se fossem artistas plásticos, quando mais não eram do que mentirosos que se procuravam integrar no meio dos outros, não só a vender aguarelas de outros artistas como também contrafacções. -----

----- Por isso, o que pretendiam era poder usar a via pública de uma forma natural, no fundo ter a colaboração da Câmara Municipal em vez da Câmara perguntar apenas pelas suas obrigações. Até porque a Câmara também tinha tudo a ganhar com os artistas plásticos estarem a favor e não contra. -----

----- Nesta altura, a Senhora Presidente reassumiu o seu lugar na Mesa. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, terminado o período de intervenção do público, deu-o por encerrado declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia -

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS NÚMEROS 49 e 50.** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação as referidas actas e como ninguém pretendera pronunciar-se sobre o conteúdo das mesmas, submeteu-as à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois, informou que tinham dois Votos de Pesar apresentados pelo PCP, os quais, depois de lidos, seriam votados ponto por ponto, conforme foi solicitado. -----

----- O primeiro, subscrito pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, tinha o seguinte teor: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “Faleceu Lourenço Bernardino, Autarca e dirigente associativo de Lisboa. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável desde 1989 até 2005 e, depois, continuou a ser um autarca dedicado e interventivo na Assembleia de Freguesia. -----

----- Era um homem firme nas suas convicções, militante do PCP e pronto a dialogar e a unir forças em nome dos interesses fundamentais da população da freguesia e da cidade. Esteve connosco, na Assembleia Municipal, com capacidade de intervenção, entrega e dignidade, no respeito por todos e na defesa e proposta de soluções necessárias e urgentes para a freguesia que representava e para Lisboa. -----

----- Foi um dos Autarcas decisivos na intervenção e transformação social, política e cultural no Casal Ventoso e empenhou-se na qualificação e integração dos moradores do Bairro da Quinta do Loureiro, assumindo, em todas as frentes do seu trabalho autárquico, uma postura de simplicidade e de entrega que ficará para sempre na nossa memória. -----

Alentejano e lisboeta dedicado no quotidiano, esteve ao lado dos mais desfavorecidos e lutou pelo desenvolvimento da cidade e do país. Foi dirigente associativo da Casa do

Alentejo e, em 30 de Agosto passado, aos 64 anos, na sequência de uma fase muito dolorosa da sua existência, em que não deixou de estar presente e de participar activamente e com tenacidade, sempre que lhe foi possível, deixou-nos e, ao partir, ficará connosco o seu exemplo de cidadão e militante íntegro e disponível para os combates e para a melhoria das condições de vida de quem sofre e quer ser feliz. -----

----- 1. A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 16 de Setembro de 2008, presta a mais profunda homenagem a Lourenço Bernardino e manifesta sentidas condolências à sua família. -----

----- 2. Considerando que a Câmara Municipal, na sua reunião de 10 de Setembro, pelo contributo prestado, como autarca, na revitalização da freguesia de Santo Condestável, no seu exemplo de cidadão lutador por uma sociedade mais justa e fraterna, decidiu atribuir o seu nome a uma artéria da Freguesia da qual foi presidente, a Assembleia Municipal associa-se a esta decisão de justiça e de memória que dignificará o Município e a cidade de Lisboa.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação, ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto um – aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto dois – aprovado por unanimidade. -----

----- O segundo, subscrito pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, tinha o seguinte teor: -----

VOTO DE PESAR

----- “Adão Barata faleceu no passado dia 30 de Agosto de 2008, vítima de doença prolongada. -----

----- Engenheiro civil de profissão e militante do PCP, Adão Barata desde a sua juventude participou activamente no movimento associativo estudantil, na resistência à ditadura. -----

----- Foi Presidente da Junta de Freguesia de Carnide entre 1994 e 1997. Foi Vereador e também Presidente da Câmara Municipal de Loures entre 1998 e 2007, exercendo ainda diversos cargos na Parque Expo, nos SMAS de Loures, no MARL e na Associação Nacional dos Municípios Portugueses. -----

----- As suas qualidades humanas e cívicas fazem de Adão Barata uma figura ímpar do Poder Local Democrático, que generosamente dedicou a sua vida ao progresso e resolução dos problemas das populações dos concelhos de Lisboa e de Loures. -----

----- 1. A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 16 de Setembro de 2008, presta sentida homenagem à sua figura, manifesta à sua família o seu profundo pesar pela perda sofrida, guardando um minuto de silêncio em sua memória. -----

----- 2. Decide recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que atribua o seu nome a um espaço público da Freguesia de Carnide.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação, ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto um – aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto dois – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV e alguns Deputados Municipais do PSD, e a abstenção do PSD. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória das referidas personalidades. -----

----- **A Senhora Presidente**, ao abrir o debate do período de Antes da Ordem do Dia, disse que estavam já distribuídas para discussão e votação 12 moções e 14 recomendações. -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- A CARTA EDUCATIVA E O QREN -----

----- “Em Abril deste ano a Assembleia Municipal de Lisboa foi surpreendida com a urgência, solicitada pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Costa na aprovação da Carta Educativa de Lisboa apresentada poucas horas antes sem portanto possibilidade de uma análise mínima por parte dos deputados municipais. -----

----- Este documento é de extrema importância para o desenvolvimento da política educativa do Município e dos necessários equipamentos para a sua prossecução, pelo que os deputados municipais reclamaram a necessidade do seu adiamento. -----

----- O Sr. Presidente lamentou na altura que aquele documento demorasse mais de 15 dias a viajar da Praça do Município para a Assembleia Municipal, situação que iria averiguar e afirmou que esse adiamento iria provocar a impossibilidade de candidatura ao QREN e a consequente perda de avultadas verbas que a aquela candidatura permitiria. -----

----- O projecto da Carta Educativa já tinha sido aprovado em câmara e analisado em sede de Comissão Permanente de Educação e Juventude tendo merecido algumas sugestões nomeadamente por parte dos representantes do PSD, sugestões essas que em princípio iriam ser acatadas pelo executivo. -----

----- Atendendo a essa informação e ao pedido insistente do Sr. Presidente da Câmara o PSD anuiu a que a respectiva proposta fosse discutida e votada, viabilizando a sua aprovação. -----

----- Somos agora surpreendidos, 5 meses depois, com a notícia de que foram rejeitadas as candidaturas da Câmara Municipal de Lisboa por erros grosseiros no respectivo processo detectados pelo Ministério de Educação. -----

----- A melhoria do Parque Escolar de Lisboa foi uma das promessas, várias vezes repetida pelo Sr. Presidente Dr. António Costa, quiçá mesmo o aspecto da sua política à frente do Município a que maior relevância dava, reconhecendo de um modo geral todas as forças políticas que essa aposta merecia o seu acordo, pelo estado do Parque Escolar e pela oportunidade que representariam estes apoios ao abrigo do Quadro de Referência Estratégica Nacional. -----

----- Estamos certos que desta rejeição advirão prejuízos para o Município pois acreditamos na palavra do Sr. Presidente quando afirmou isso mesmo em Abril, caso a Carta Educativa não fosse aprovada, pelo que estamos perante um acto lesivo dos interesses do Concelho de Lisboa, cujos responsáveis são em primeira análise o membro do executivo com essas responsabilidades delegadas e o Sr. Presidente que as delegou. -----

----- A incompetência ou a irresponsabilidade num caso destes é inadmissível, tanto mais num município com a estrutura da Câmara Municipal de Lisboa, seguramente a

melhor apetrechada técnica e profissionalmente a nível Nacional. A falha não caberá apenas aos Serviços como parece deduzir-se das afirmações da Sra. Vereadora. -----

----- Independentemente da necessária explicação por parte da Sra. Vereadora Dra. Rosália Vargas que a Assembleia Municipal lhe deve exigir ainda nesta sessão a Sra. Vereadora demonstrou não estar á altura das responsabilidades a que o alto cargo que desempenha obriga. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão ordinária em 16 de Setembro de 2008, delibera lamentar profundamente estas falhas que prejudicaram o Município e responsabilizar politicamente o Sr. Presidente Dr. António Costa e a Sra. Vereadora Rosália Vargas pelas mesmas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD) -----

MOCÃO NÚMERO DOIS

----- “A Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município. -----

----- (in, Decreto-Lei nº 7/2003, artigo 10º) -----

----- É, por isso, um elemento fundamental para a gestão e planeamento da política educativa para a cidade de Lisboa. -----

----- O Partido Social Democrata não pode deixar de congratular todos os vereadores da Educação que durante os seus mandatos promoveram esforços para a sua concretização. -----

----- Não obstante, existe um grau de exigência que o Partido Social Democrata tem que relevar. A cidade de Lisboa não deve ter uma qualquer carta educativa. A cidade de Lisboa deve ter “A Carta Educativa”, um modelo para os restantes municípios. -----

----- Por isso consideramos este documento uma ferramenta inicial de trabalho que deve ser acompanhado e melhorado. É também aqui que a população de Lisboa espera o contributo do PSD. -----

----- Existem aspectos essenciais que não são perspectivados de acordo com os Princípios Fundamentais da Carta Educativa, estabelecidos no Decreto-Lei nº7/2003 e aos quais temos de fazer referência, juntando o nosso contributo em prol de uma correcta e eficaz política educativa para a cidade de Lisboa. -----

----- Artigo 11º -----

----- (Objectivos): -----

----- 4 - A Carta Educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos. -----

----- 5 - A Carta Educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município. -----

----- Artigo 19º -----

----- (Competências): -----

----- 3 - *A Carta Educativa integra o Plano Director Municipal (PDM) respectivo, estando, nestes termos, sujeita a ratificação governamental, mediante parecer prévio vinculativo do Ministério da Educação.* -----

----- Estes dois artigos são um reflexo do que a carta educativa deve perspectivar: identificação do cenário actual projectando, em articulação com o PDM e com os desenvolvimentos urbanísticos em curso, cenários futuros de ocupação territorial e a necessidade resultante de infra-estruturas educativas para responder às necessidades futuras. -----

----- Esta carta educativa chega a referir: “Boa integração urbana da maioria das escolas na envolvente próxima e facilidades de acesso (nomeadamente por transporte público).” -----

----- Trata-se de uma análise especulativa, sem dados concretos que a suportem, identificando assim uma grande lacuna: não existe um levantamento rigoroso das necessidades a nível dos transportes públicos, nem é referida qualquer articulação com a CARRIS ou o Metropolitano de Lisboa. Isto é, não existe, nem é perspectivada na política dos transportes públicos da cidade de Lisboa, a integração dos parâmetros identificados nesta Carta Educativa. -----

----- Não se pretende a criação de carreiras em função das escolas. O que se pretende é que as escolas (a sua localização) sejam elemento de reflexão quando se propõem planos de reestruturação da rede de transportes públicos. Algo que claramente não aconteceu. -----

----- Esta situação comprova, uma vez mais, aquilo que o Partido Social Democrata sempre denunciou nesta Assembleia: enquanto a Cidade de Lisboa não tiver o real controlo da política de transportes, não será possível implementar reformas para colocar este serviço público ao serviço da nossa população. -----

----- Esse controlo só é atingível se a empresa que garante esse serviço público na cidade de Lisboa for tutelada pelo município, uma vez que dispõe de um contrato programa de exclusividade para a rede de transportes de superfície na área do nosso Concelho. -----

----- É também essencial conhecer, ou pelo menos procurar perspectivar e identificar, as zonas de maior potencial para um forte crescimento demográfico, bem como a inclusão da tipificação desse crescimento. -----

----- Isto não existe nesta Carta Educativa, o que a tornará obsoleta num prazo de cinco anos, já que não adequa a construção de infra-estruturas escolares à evolução demográfica. Esta situação poderá, inclusivamente, originar o desperdício de milhões de euros de investimento no parque escolar. -----

----- Artigo 12º -----

----- (Objecto): -----

----- 2 - *A Carta Educativa inclui uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas referidas no número anterior, bem como uma análise da integração dos mesmos a nível municipal, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar.* -----

----- Também aqui identificamos outra lacuna importante. Qualquer política educativa não deve resumir a sua visão orçamental apenas a questões de infra-estruturas. Os recursos humanos são o elemento fundamental no sucesso dessa mesma política. É imperioso conhecer, detalhadamente, todos os dados sobre professores, auxiliares e outros técnicos que estejam ligados à actividade escolar. -----

----- Não se compreende perspectivar uma política educativa descontando o factor humano. -----

----- Acresce que num momento em que o Estado propõe delegar mais responsabilidades aos municípios, transferindo para estes competências de gestão ao nível do 2º ciclo, a Câmara Municipal de Lisboa tem de dispor na sua carta educativa de um mapa actualizado de recursos humanos. -----

----- Não basta construir escolas, é preciso colocar professores e auxiliares. É por isso fundamental conhecer essa realidade. -----

----- Por fim e além dos já referidos, existem mais dois elementos que o PSD quer destacar e que resultam de parâmetros que foram identificados na própria carta educativa. -----

----- O primeiro relacionado com o Complemento de Apoio à Família (CAF). Esta carta educativa identifica, e bem, a importância deste programa nos vários estabelecimentos de ensino espalhados pela cidade. O seu contributo para os lisboetas é evidente, porém existem situações que devem merecer uma resposta imediata por parte deste executivo camarário. Algumas Juntas de Freguesia têm promovido esse programa, como resultado de um acordo com a CML. Muitas têm suportado os custos do mesmo, quando essa responsabilidade cabe à Câmara. -----

----- Num momento em que se anunciam investimentos avultados para a manutenção e construção de escolas, é da mais elementar justiça denunciar este incumprimento da CML. As Juntas prestam um serviço inestimável, porém não dispõem dos recursos para se substituírem à Câmara nos compromissos que esta assumiu. -----

----- O segundo, relacionado com a enorme população estudantil que não reside na cidade de Lisboa e que frequenta os nossos estabelecimentos de ensino (resultante do movimento pendular). -----

----- Este é um custo da capitalidade, é um custo dos nossos objectivos enquanto metrópole do século XXI. -----

----- É por isso fundamental promover parcerias com os concelhos da área metropolitana de Lisboa, de forma a poder articular necessidades específicas bem como projectar políticas educativas que, com o contributo dos concelhos de onde essa população estudantil é originária, nos permitirão otimizar indicadores de serviço bem como oferecer soluções integradas de apoio escolar fundamentais para garantir uma coerência da rede educativa metropolitana. -----

----- O Partido Social Democrata não abdica do seu contributo para o bem-estar da população da cidade de Lisboa. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 16 de Setembro de 2008, delibera: -----

- 1. Saudar a conclusão da Carta Educativa de Lisboa e lamentar que a pressa tenha sido, uma vez mais, inimiga da qualidade; -----
- 2. Lamentar que a maioria PS no Executivo da CML, apesar dessa pressa, não tenha respondido ao nível do empenho e colaboração desta Assembleia e que, prejudicando os interesses da Cidade de Lisboa e dos Lisboetas, tenha sido incapaz de produzir uma candidatura eficaz ao QREN, fundamental para a execução dos objectivos estabelecidos na Carta Educativa, atrasando a sua implementação de forma inaceitável. -----
- 3. Solicitar à CARRIS que se disponibilize para analisar conjuntamente com o executivo camarário a rede de transportes de Lisboa, na perspectiva da rede escolar de Lisboa; -----
- 4. Solicitar a integração da Carta Educativa de Lisboa no Plano Director Municipal; -----
- 5. Solicitar que sejam desenvolvidos estudos com as entidades competentes para desenvolver um mapa de recursos humanos afectos às várias escolas e integrá-lo na Carta Educativa; -----
- 6. Solicitar à CML que regularize junto das Juntas de Freguesia as transferências de verbas em dívida relativas ao CAF e que para o futuro garanta a assiduidade e regularidade das mesmas no estrito cumprimento dos compromissos celebrados. -----
- 7. Solicitar à CML que promova um grupo de trabalho para o desenvolvimento de um novo estudo sobre os movimentos pendulares que afectam a cidade de Lisboa (uma vez que o último estudo data da década de 90 do séc. XX).” -----
- (Subscrita pelo Deputado Municipal Luís Newton, do PSD)-----

MOÇÃO NÚMERO TRÊS

BAIRRO ALTO

----- Lisboa tem algumas áreas urbanas bem identificadas, que pelas suas características urbanísticas, históricas, sociais e económicas a definem como uma cidade de bairros. Alfama, Mouraria, Marvila, Carnide, Alvalade, Restelo, são alguns de entre eles, relevando pela sua importância urbana, histórica, cultural, social e turística o Bairro Alto. -----

----- O Bairro Alto representa para Lisboa um dos seus principais patrimónios turísticos com uma grande actividade económica desenvolvida em torno da restauração e bares locais de diversão, lojas de moda, Galerias de arte empresas de design, editoras etc., que atraem muitos milhares de visitantes, sendo referência obrigatória em todos os guias turísticos. -----

----- Pela sua importância e atendendo às suas características o Bairro Alto deveria ser alvo de uma atenção especial na sua limpeza e higiene urbana, tratamento do espaço público e especialmente segurança. -----

----- A CML ao contrário de qualquer outro município responsável tem desprezado olímpicamente um dos seus bairros mais emblemáticos. -----

----- Nas ruas é visível o lixo por recolher, e paredes ao longo de todo o bairro revestidas de cartazes, uns sobre os outros numa amálgama indescritível, uns

colados, outros meio colados, outros dependurados nos que estão colados, em todas as ruas e praticamente em todos os prédios. -----

----- Um exemplo do que é o Bairro Alto é o edifício da Junta de Freguesia da Encarnação. -----

----- Mas, olhando para os cartazes que sujam as paredes do Bairro Alto ressalta à vista desarmada que uma grande percentagem é da responsabilidade de uma força política com responsabilidades no executivo municipal, o Bloco de Esquerda que pasme-se, detêm o pelouro do Ambiente, Espaços Verdes e Plano Verde no Município de Lisboa. -----

----- Convém igualmente lembrar que a Presidência da Junta de Freguesia da Encarnação é do Partido Socialista. -----

----- Tomo a liberdade de juntar algumas fotos que pessoalmente tirei na tarde do dia 10 de Setembro de 2008 que darão aos Srs. Deputados Municipais exemplos claros do que atrás afirmei. -----

----- A segurança de pessoas e bens é uma responsabilidade da Administração Central, mas não pode ser ignorada pelas autarquias. -----

----- Se o País vive um dos piores períodos de insegurança da sua história, com toda a incapacidade do actual e anterior ministro da Administração Interna em enfrentar a onda de violência que alastra em todo o Território Nacional, o Bairro Alto é o pior exemplo em Lisboa, obrigando os próprios comerciantes a chamar a si uma responsabilidade que devia competir a quem recebe os seus impostos, contratando vigilância privada para defender a integridade física e património deles próprios e dos seus clientes. -----

----- Em face do exposto e tendo em atenção para o facto de esta situação representar um claro retrocesso no esforço que anteriores executivos vinham desenvolvendo no sentido da valorização do Bairro Alto e da total erradicação da publicidade selvagem e *grafittis* das paredes de Lisboa a Assembleia Municipal não poderá ficar indiferente à degradação de uma situação que envergonha Lisboa e os lisboetas. -----

----- Assim a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão ordinária em 16 de Setembro de 2008 delibera reprovam o completo desleixo e abandono do Bairro Alto por parte do Executivo Municipal e solicitará Câmara a urgente tomada de medidas conducentes à melhoria da segurança, limpeza e higiene urbana do Bairro Alto através de um plano de salvaguarda a aprovar pela Assembleia Municipal.” ---

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD) -----

MOCÃO NÚMERO QUATRO

----- Frente Ribeirinha de Lisboa -----

----- “A cidade de Lisboa é uma das capitais atlânticas da Europa, ademais adornada com o magnífico estuário do rio Tejo. A frente ribeirinha foi a razão de ser e núcleo do crescimento da cidade ao longo dos tempos, desde os fenícios, romanos, povos nórdicos, no período do renascimento e das descobertas. Até ao fecho do ciclo do império ultramarino foi uma porta de entrada e saída para o

mundo. A primeira cidade do mundo, verdadeiramente global, em que se cruzavam mercadorias e gentes das sete partidas (África, Ásia e Américas). -----

----- No entanto, nas últimas décadas a cidade esteve de costas voltadas para o rio. Uma instituição de nomeação, a Administração do Porto de Lisboa (APL), na qual a autarquia e os lisboetas nunca tiveram a menor representatividade, pôs e dispôs da cidade. Hoje, a oportunidade de devolver à cidade parte desse espaço está sob ameaça pela preparação de uma das maiores operações imobiliárias e de betão que a cidade já assistiu. Onde deveriam nascer espaços verdes e de lazer e equipamentos públicos, planeiam-se prédios e mais prédios e os inevitáveis centros comerciais, esse grande símbolo de modernidade socialista. Pior: sem que a cidade e os seus representantes sejam chamados a pronunciar-se. Assim: -----

----- A. Considerando que a cidade tem a oportunidade única de reaver a sua Frente Ribeirinha, e que importa, em particular, acautelar as zonas históricas e antigas; -----

----- B. Considerando que a utilização da frente ribeirinha é uma das principais variáveis para o futuro aumento ou diminuição da qualidade de vida dos Lisboetas e mesmo uma eventual alavanca ou entrave ao repovoamento dessas zonas da cidade; -----

----- C. Considerando que o PSD, no que diz respeito à Zona Ribeirinha de Lisboa, é o único Partido com planeamento e obra feita, nomeadamente a Expo 98 e a recuperação da zona de Alcântara, hoje duas das principais zonas de lazer da cidade, seja diurno ou nocturno, com jardins, pistas cicláveis, estacionamento e equipamentos públicos e privados de diversão e cultura; -----

----- D. Considerando que o Governo do PS tem anunciado obras na cidade de Lisboa, em particular para a frente ribeirinha, sem um contexto e um plano integrador, a saber: -----

----- - O plano global para a zona ribeirinha de Lisboa da câmara prevê uma nova praia, com ondas artificiais, na Doca do Poço do Bispo, que a autarquia quer ver integrado no domínio público municipal. Decisão que exemplifica a forma perdulária e insensata como o Partido Socialista, no poder, lida com os dinheiros públicos. Portugal tem mais de 1.000 km de frente atlântica repletos de praias; Lisboa, em particular, está rodeada por excelentes praias a Norte e a Sul. No entanto, estes Senhores não encontraram nada melhor onde aplicar o nosso dinheiro do que numa praia artificial com ondas artificiais, com a agravante de a autarquia estar sem dinheiro e a atravessar um grave momento na sua situação financeira, como é do conhecimento público; Quem beneficia com este equipamento?; -----

----- - O novo Terminal de Paquetes no Jardim do Tabaco, apresentado pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes, Eng.^a Ana Paula Vitorino. Trata-se de um conjunto de edifícios, centro comercial, hotel e infra-estruturas portuárias que constitui uma nova parede com 900 metros de comprimento a separar a cidade, e em particular o bairro de Alfama, do rio, para além de retirar o usufruto do espaço aos lisboetas e a quem nos visita. Esta zona da cidade, felizmente, já

está equipada com restaurantes e esplanadas. No entanto, é bastante deficitária em espaço público, nomeadamente, em zonas verdes e de lazer; -----

----- - O novo Museu dos Coches em Belém, a obra deverá começar em Janeiro de 2009 e estar pronta em Outubro de 2010 e será paga com as receitas provenientes do Casino de Lisboa. Embora a receita seja da cidade é o Senhor Ministro da Economia, Dr. Manuel Pinho, cheio de si, a fazer as honras da iniciativa em nome da cidade, apresentando o projecto, o respectivo arquitecto, valor da obra e prazo de realização da mesma; -----

----- - A Praça do Comércio é um símbolo maior da cidade mas está esventrada vai para mais de 10 anos. Tivemos a oportunidade de vermos o Ministro das Obras Públicas, Eng. Mário Lino, a comprometer-se, finalmente, com a data de conclusão das mesmas, para o final do ano. Será? Mas, mais relevante, a autarquia é de novo ignorada, como se não existisse; -----

----- - Aumento exponencial da capacidade instalada do parque de contentores de Alcântara, concessionado a um operador privado, planeado para o futuro próximo, obrigará a alterações significativas em artérias da cidade e resultará no aumento exponencial da movimentação de mercadorias no interior da cidade; -----

----- - A decisão de instalar a Fundação Champalimaud em Pedrouços, à beira-rio, decidida à margem da autarquia e sem a sua integração num plano de ordenamento da frente ribeirinha. -----

----- E. Considerando que o Governo põe e dispõe em Lisboa, e a cidade e os poderes políticos da autarquia não são consultados, em desrespeito pela sua autonomia e competências legais. -----

----- F. Considerando o silêncio e a ausência do Dr. António Costa, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que ainda não se pronunciou publicamente sobre o tema Frente Ribeirinha e não clarificou o seu projecto político para a mesma. -----

----- Considerando que a política é feita de actos concretos e que um deles pode ser, de imediato, a realização de uma Assembleia Municipal com o objectivo único de discutir o futuro da frente ribeirinha de Lisboa, evitando assim a actual política de factos consumados. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2008, delibera: -----

----- 1. A Assembleia Municipal deverá agendar de acordo com o seu regimento a realização de um debate específico, cujo ponto único seja a cidade de Lisboa e a sua frente ribeirinha, devendo para o mesmo serem convidadas figuras públicas nacionais ou internacionais com experiência no tema recuperação de frentes ribeirinhas de grandes cidades. -----

----- 2. Recomendar que o executivo e em particular o Senhor Presidente, Dr. António Costa, venha a publico apresentar a sua ideia da frente ribeirinha, para além de iniciarem os trabalhos necessários para, no mais curto prazo, apresentar a esta Assembleia o plano integrado para a Frente Ribeirinha e que o mesmo possa ser partilhado e discutido pela cidade. -----

----- 3. Recomendar que o executivo adopte publicamente uma nova atitude com o Governo da República, o qual será sempre bem-vindo num modelo de cooperação e ajuda na resolução dos problemas da cidade mas não de autismo, ao actuar ignorando que a cidade tem o seu próprio governo e fazendo declarações públicas sobre temas da maior importância para Lisboa como se fossem da sua inteira e exclusiva competência.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Nelson Coelho e Magalhães Pereira, do PSD)-----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “A política económica continua centrada na redução do défice público e na redução dos direitos sociais. O país está cada vez mais longe da média de União Europeia. Veja-se o elevado aumento do custo de vida para a maioria da população: bens de primeira necessidade como o pão e o leite, habitação (com os consecutivos aumentos das taxas de juros), saúde, educação, electricidade, gás, água, telefone, de entre outros. -----

----- Com o contínuo aumento do custo de vida, os trabalhadores e pensionistas continuam a ser prejudicados, particularmente os que têm menores rendimentos. O endividamento atinge proporções preocupantes e estrangula os orçamentos familiares. -----

----- O peso dos salários na repartição do rendimento nacional caiu para 40,4% e Portugal tornou-se num dos países com maiores desigualdades da União Europeia.

----- Como se pode promover a defesa da família, quando a legislação laboral proposta vai em sentido contrário visando a sua desintegração? Atendamos, por exemplo, ao aumento dos horários de trabalho; como fica a conciliação vida familiar, vida profissional e vida pessoal? -----

----- Que investimento há no sector produtivo no país e na cidade de Lisboa, como cidade do trabalho? Lisboa precisa de oferecer condições de trabalho capazes de fixar a população residente e de atrair outras camadas da população para que aqui possa ficar e contribuir para o seu desenvolvimento económico e social. -----

----- Continuamos a assistir a mais encerramento de empresas. Aumenta o desemprego e com ele a pobreza. Mas aumenta também a pobreza mesmo entre quem trabalha e tem como vencimento mensal o salário mínimo nacional o que se verifica de forma incisiva e dolorosa também na Cidade de Lisboa. -----

----- É neste quadro que o Governo se apressou a apresentar à Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 216/X, que visa impor a liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores portugueses e daqueles que aqui vivem e trabalham. Aumentar a exploração, acentuar a precariedade, diminuir salários, aumentar horários, fragilizar a contratação colectiva, facilitar despedimentos, eis no que consiste a proposta de alteração do Código do Trabalho. -----

----- A gravidade do conteúdo desta proposta de Lei exige uma forte e combativa resposta em ordem à promoção de uma mais justa repartição do rendimento e aproximação ao nível de vida médio da U.E. -----

----- Não se pode continuar a apostar no lucro fácil, na mão-de-obra barata, precária e pouco qualificada e no desrespeito pela dignidade da pessoa. Urge mudar de atitude, mudar de políticas. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2008, delibere: -----

----- - Dizer, NÃO à pobreza de Portugal e dos portugueses, bem como daqueles que cá vivem e trabalham; -----

----- - Afirmar o seu entendimento de que não é pela via do ataque aos direitos de quem trabalha que se resolvem os problemas existentes ao nível da contratação colectiva e das relações de trabalho; -----

----- - Reclamar a revisão das normas mais gravosas do Código do Trabalho com vista a assegurar a defesa do direito do trabalho e da contratação colectiva, enquanto instrumentos de progresso social capazes de romper com um perfil de desenvolvimento assente em baixos salários, baixas qualificações e muita precariedade, factos negativos que têm forte expresso em Lisboa. -----

----- - Remeter a presente moção aos órgãos de Soberania: Presidente da República, Assembleia da República e Governo, e também à Câmara Municipal de Lisboa e Centrais Sindicais CGTP-IN e UGT.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal João Saraiva, do PCP) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO SEIS** -----

----- “Aproxima-se o mês de Dezembro, no qual as Juntas de Freguesia, para respeitar o que se encontra legalmente determinado, estão obrigadas a apresentar às respectivas Assembleias os seus instrumentos de gestão para 2009, designadamente o seu Orçamento. -----

----- Como é sabido, parte substancial do Orçamento das Juntas de Freguesia depende das transferências que recebem da Câmara Municipal respectiva, em especial por via dos Protocolos de Delegação de Competências. -----

----- Este é, naturalmente, o caso das 53 Freguesias de Lisboa e da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Importa, por isso, permitir que as Juntas de Freguesia da Cidade possam preparar atempada e oportunamente, com rigor e certeza, o respectivo orçamento para 2009 e os compromissos a assumir para o mesmo ano. -----

----- É, pois, fundamental que a CML informe, em tempo, as Juntas de Freguesia das verbas que vai transferir, e desde logo confirme que as verbas afectas aos Protocolos de Delegação de Competências serão as mesmas que foram acordadas para 2008, ainda que formalmente recebidas por outras vias. -----

----- Como foi o caso dos Espaços Verdes, em que a verba protocolada não permitia às Juntas de Freguesia tratarem das áreas previstas nos Protocolos, tendo o Presidente da CML assumido o compromisso de, por outra via, transferir as verbas em falta, completando o montante global necessário. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2008, delibera: -----

----- 1. Exigir que a CML, no que respeita aos Protocolos Delegação de Competências em 2009, transfira para as Juntas de Freguesia as mesmas verbas inscritas para cada um deles em 2008, corrigido com a taxa da inflação, incluindo quaisquer acréscimos acordados nos casos em que a verba protocolada não era suficiente para aquelas Autarquias Locais cumprirem as suas obrigações. -----

----- 2. Exigir que a CML comunique formalmente às Juntas de Freguesia, até final do mês de Outubro de 2008, a totalidade de verbas que lhes vai transferir em 2009.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS-A** -----

----- “Tendo em conta que o Orçamento das Juntas de Freguesia depende das transferências da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente através de Protocolos de Delegação de Competências; -----

----- Sabendo que é importante para as Juntas de Freguesia poderem preparar atempadamente os seus Orçamentos para 2009, torna-se necessário que a CML indique às Juntas de Freguesia em tempo útil o montante das verbas que vai transferir, confirmando as verbas destinadas aos protocolos de delegação de competências. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 16 de Setembro de 2008 delibera: -----

----- 1. Solicitar que a Câmara Municipal de Lisboa, no que se refere aos protocolos de delegação de competências, em 2009, transfira para as Juntas de Freguesia as mesmas verbas que foram inscritas para cada um deles em 2008, com os acréscimos que foram acordados entre estas e a CML. -----

----- 2. Solicitar igualmente que a CML comunique atempadamente às Juntas de Freguesia o montante das verbas que vai transferir em 2009.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- No dia 4 de Abril de 2008, foram assinados os Protocolos de Delegação de Competências da CML, presidida pelo Dr. António Costa, nas Juntas de Freguesia. ---

----- Pese embora as inúmeras trapalhadas que envolveram este processo, em especial na área dos Espaços Verdes, e que se continuam a verificar, os Presidentes das Juntas de Freguesia do PSD aceitaram assinar aqueles Protocolos apenas por duas razões: por respeito para com os seus eleitores e porque não querem contribuir para que a Cidade continue parada, por força da inércia da coligação PS/BE, incapaz de definir um rumo e dinamizar Lisboa. -----

----- Em 2007 e 2008, e porque não podem deixar a Cidade parar, as Juntas de Freguesia têm dado, com sacrifício próprio, continuidade às actividades que são objecto dos Protocolos sem que, até à data, tenham recebido da CML a totalidade das verbas que lhes são devidas, e que são necessárias para honrar os compromissos assumidos nas áreas protocoladas. -----

----- Ou seja, em 2007 e 2008, e até agora, as Juntas de Freguesia têm estado a subsidiar a CML, sendo que a situação se encontra perto da ruptura. -----

----- Considerando que o GM/PSD tem alertado a CML, de forma clara, recorrente e persistente, para esta situação insustentável, sem que tenha havido da parte do Presidente da CML, Dr. António Costa, qualquer vontade ou capacidade para determinar a resolução da mesma, mas apenas para a protelar com promessas de prazos constantemente incumpridos. -----

----- Considerando a gravidade desta situação, que atenta profundamente contra o interesse dos Municípios das Freguesias e que testemunha um incumprimento gritante da palavra e dos compromissos assumidos pelo Presidente da CML, Dr. António Costa, e pela sua Vereação PS/BE, que não pode deixar de merecer forte censura. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2008, delibera: -----

----- a) Denunciar e censurar, veementemente, o incumprimento dos compromissos que o Presidente da CML, Dr. António Costa, fez a grande maioria dos Presidentes das Junta de Freguesia, no sentido lhes transferir, em complemento dos Protocolos de Delegação de Competências, as verbas necessárias para cumprirem as obrigações protocoladas. -----

----- b) Exigir que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, cumpra urgentemente tais compromissos, transferindo de imediato para as Juntas de Freguesia as verbas em falta e que lhes são devidas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

MOCÃO NÚMERO OITO

----- “Notícias recentes deram conta de que dezenas de agentes terão pedido para sair da Polícia Municipal (PM), regressando à PSP. -----

----- Independentemente das razões e dos formalismos utilizados pelos agentes para este efeito, este potencial êxodo de elementos da PM não pode deixar de ser considerado de enorme gravidade. -----

----- Tanto mais que é bem conhecido e assumido por todos que a PM continua a sofrer de uma gritante falta de efectivos, que lhe permita cumprir, com eficácia, as funções que a lei lhe comete e que Lisboa e os Lisboetas reclamam. -----

----- Lembra-se o atraso com que o actual Governo libertou 150 agentes da PSP para reforçar a PM. Na verdade, e pese embora este pedido de reforço tivesse sido formulado pelo Executivo municipal anterior do PSD, apenas em 1 de Outubro de 2007, já com o Dr. António Costa, anterior Ministro da Administração Interna, que tutelava a PSP, como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de maioria PS/BE, este pedido foi atendido. -----

----- A situação descrita nas notícias acima referidas, independentemente da sua dimensão, é tanto mais grave quanto a situação de insegurança generalizada que se vive em Portugal, e muito particularmente na cidade de Lisboa, poderá aumentar as necessidades de efectivos da PSP, daí resultando uma menor capacidade para dispensar novos agentes para a PM, que substituam aqueles que agora venham a sair. -----

----- Acresce, em matéria de Segurança, à qual este Executivo Municipal PS/BE não é, de todo, sensível, que o Presidente da CML impediu o policiamento de

proximidade na Zona Norte de Lisboa, atentando contra uma recomendação aprovada nesta Assembleia Municipal, e desde que assumiu funções nunca reuniu o Conselho Municipal de Segurança, para discutir os diversos aspectos da Segurança na Cidade. -----

----- A necessidade de reunir este Conselho é tanto mais evidente quanto se tem assistido a uma multiplicação, pouco habitual, de incêndios no edificado da Cidade, ainda que felizmente de consequências reduzidas. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2008, delibera: -----

----- a) Instar a Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil da AML a ouvir o Presidente da CML, que detém o pelouro da Segurança, e o Comandante da PM para obter informação sobre esta situação, número de agentes envolvidos, consequências de eventuais saídas e medidas de resposta preparadas pela CML. ----

----- b) Denunciar e censurar a atitude do Presidente da CML, incumprindo e violando uma recomendação aprovada pela AML, de impedir a instalação, na Av. Vieira da Silva, ao Alto do Lumiar, de uma divisão policial com competências genéricas que fizesse o policiamento de proximidade da Zona Norte de Lisboa, correspondente às áreas geográficas das Freguesias da Ameixoeira, Charneca e Lumiar, onde residem cerca de 90.000 lisboetas. -----

----- c) Exigir que o Presidente da CML reúna, com urgência, o Conselho Municipal de Segurança.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

MOCÃO NÚMERO NOVE -----

----- IMI dos edifícios do Estado -----

----- “1. Considerando as graves dificuldades financeiras do Município de Lisboa; -

----- 2. Considerando o histórico centralismo do estado português que faz existirem milhares de edifícios do Estado na cidade de Lisboa, a quem esta presta todos os serviços sem receber qualquer retorno financeiro por este facto específico causado pelos custos da capitalidade; -----

----- 3. Considerando que esta Assembleia, ao longo de vários anos, já aprovou solicitar à Assembleia da República e ao Governo as alterações legislativas no sentido dos edifícios do Estado pagarem IMI pelos custos que acrescentam ao Município de Lisboa; -----

----- 4. Considerando que os custos de arruamentos, de manutenção de vias, de construção e manutenção de esgotos, de estacionamento, de recolha de lixo, de iluminação, entre outros que todos estes edifícios acarretam, pelo custo de capitalidade à cidade de Lisboa são pagos pela Câmara Municipal sem qualquer recompensa do Governo; -----

----- 5. Considerando que uma proposta neste mesmo sentido já foi aprovada por esta Assembleia Municipal a quando do debate da Lei das Finanças Locais, e que por motivos alheios ao plenário desta Assembleia não foi concretizada; -----

----- 6. Considerando que vai ser aberto na Assembleia da República o processo de debate do Orçamento de Estado para o ano de 2009: -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda vem propor que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida no dia 16 de Setembro de 2008 delibere: -----

----- A. Solicitar reuniões, com carácter de urgência, a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República no sentido de os sensibilizar para uma alteração legislativa, que faça os edifícios do Estado pagarem IMI às respectivas autarquias; -----

----- B. Mandatar a reunião de líderes, face à importância desta questão, a ser a entidade a representar esta Assembleia Municipal nessas reuniões. “ -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal José Gusmão, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZ** -----

----- **QUINTA DO MINEIRO** -----

----- “1. Considerando que a Quinta do Mineiro é um terreno junto ao edifício Amoreiras, num espaço outrora ocupado pelo “Colégio Maristas de Lisboa”, entre a Avenida Duarte Pacheco e a Rua Artilharia Um; -----

----- 2. Tendo em conta que o projecto de loteamento, da autoria do gabinete de arquitectura Broadway Malyan, ligado aos projectos de recuperação da Estação do Rossio e do centro comercial Alvaláxia, foi aprovado em Novembro de 2006 e previa o aumento da densidade de construção face ao projecto inicial datado 2002; -----

----- 3. Atendendo ao impacto que o referido empreendimento, com uma área total de construção de 56.277,77 m², terá naquela zona da cidade; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na reunião ordinária de 16 de Setembro de 2008, delibere: -----

----- Realizar, em sede da Comissão de Urbanismo, uma audiência com o Vereador do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa, a Associação de Moradores da Quinta do Mineiro e restantes interessados, no sentido de apreciar todo o processo relacionado com o empreendimento denominado “Quinta do Mineiro”. -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal José Gusmão, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO ONZE** -----

----- “A Câmara Municipal de Lisboa falhou a entrega de candidaturas aos fundos comunitários do QREN para as escolas da cidade. Estes fundos iriam financiar a construção de novas escolas e a ampliação ou recuperação de escolas antigas e em avançado estado de degradação como é o caso do Jardim-de-infância de Alvalade e a Escola Básica do 1º Ciclo das Laranjeiras. -----

----- A Senhora Vereadora da Educação, Rosália Vargas, que intitula esta falha como “não sendo grave”, afirma que ainda poderá recorrer à segunda fase de apresentação de projectos, à qual submeterá os projectos. -----

----- Este facto releva a desorganização em que a Câmara se encontra e deixa a noção de que não há um rumo. Os projectos apresentados na primeira fase poderiam ser viabilizados, dando lugar a que, na segunda fase de candidaturas, a Câmara Municipal de Lisboa apresentasse outros projectos. Assim, esgota-se uma oportunidade. -----

----- Lisboa sai sempre a perder e isso, para nós, ao contrário da Senhora Vereadora, é muito grave. -----

----- A Senhora Vereadora não assume responsabilidades, abrindo um inquérito e culpando os serviços. Mas afinal não é a Senhora Vereadora a responsável máxima do Pelouro da Educação? Não estará à frente de um projecto para a cidade que é seu e do executivo PS/BE e que os serviços levam avante? Não deverá ela ser a responsável, tanto para o bom como para o mau? As respostas são evidentes! -----

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Lisboa: -----

----- 1. Lamenta que a mais alta responsável do Pelouro da Educação da CML, Vereadora Rosália Vargas, bem como o Senhor Presidente da Câmara não assumam as responsabilidades para que têm o voto dos cidadãos; -----

----- 2. Propõe-se que a Câmara Municipal de Lisboa remeta à Assembleia Municipal de Lisboa cópia do processo de candidatura ao QREN, bem como das conclusões do inquérito instaurado.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP)-----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- Novo Aeroporto de Lisboa e 3^a Travessia do Tejo -----

----- “Um novo Aeroporto Internacional para Lisboa foi uma infra-estrutura, considerada a médio prazo, por força da evolução do tráfego aéreo das últimas décadas como absolutamente necessária à competitividade de Lisboa e de Portugal.

----- As peripécias e as trapalhadas deste governo relativamente à sua localização, são a marca de água de um executivo que se tem pautado por avanços e recuos de acordo com as necessidades das sondagens ou da agitação social relativamente às suas ‘reformas’.

----- O Ministro das Obras Públicas é o exemplo acabado do *non sense* e da irresponsabilidade política tendo a sua palavra tanto menos valor quanto mais determinado se afirma.

----- Em Portugal com este Governo que cimenta a sua responsabilidade apenas no argumento eleitoral é quase uma obrigação das oposições e das forças sociais chamarem à razão para as situações concretas em que o País se encontra e de todas as envolventes que devem condicionar as decisões políticas, nomeadamente relativamente aos grandes investimentos nacionais. O exemplo da OTA e da Associação Empresarial Portuguesa é paradigmático.

----- Isto leva a que se considere a necessidade de agora se reflectir sobre posições que para o actual governo e anteriores responsáveis políticos pareceriam definitivas, alteradas que parecem estar circunstâncias fundamentais.

----- O Novo Aeroporto de Lisboa à luz dos actuais factores que condicionam a evolução do tráfego aéreo será uma infra-estrutura tão necessária e tão urgente quanto se previa há um, dois ou três anos?

----- A solução ‘Portela mais um’ actualmente tem o mesmo peso como solução alternativa que tinha antes do violento choque petrolífero que sofremos?

----- O TGV e a ligação Lisboa-Porto, Lisboa-Badajoz é agora mais ou menos urgente?, haverá à luz da actual realidade e percepção da sua evolução, alternativas mais úteis no confronto custo-benefício? -----

----- Valerá a pena ou não abandonar na nova travessia do Tejo o modo rodoviário definitivamente pelo não interesse que, nas actuais circunstâncias, tem para Lisboa a sua Área Metropolitana? -----

----- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 16 de Setembro 2008 delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que reconsidere e integre nos trabalhos da revisão do PDM de Lisboa a possibilidade de alteração das infra-estruturas rodo ferroviárias e aeroportuárias que o Governo tem previsto para a Grande Lisboa ponderando todos os futuros investimentos à luz das reais necessidades de Lisboa e dos Lisboetas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Considerando que o Centro de Saúde do Lumiar, com extensões no Alto do Lumiar e Charneca, serve a população das freguesias do Lumiar, Charneca e Ameixoeira. -----

----- Considerando que o referido Centro de Saúde, tem presentemente inscritos 92.602 (noventa e dois mil, seiscentos e dois) utentes. -----

----- Considerando que o quadro de pessoal médico do mencionado Centro é de 61 (sessenta e um) médicos, estando 42 (quarenta e dois) lugares providos dos quais 6 (seis) médicos estão ausentes por motivo de deslocação ou licença sem vencimento. -----

----- Considerando que face à falta de médicos, presentemente dos utentes inscritos no Centro de Saúde do Lumiar e suas extensões, há 18.675 (dezoito mil, seiscentos e setenta e cinco) sem médico de família. -----

----- Considerando também que o quadro de pessoal de enfermagem do referido Centro de Saúde, tem uma dotação de 63 (sessenta e três) enfermeiros, estando apenas 21 (vinte e um) lugares providos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 16 de Setembro de 2008, delibera: -----

----- 1. Recomendar à Senhora Ministra da Saúde, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Senhor Presidente do Conselho de Administração da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que providenciem com urgência a colocação de médicos e enfermeiros que assegurem o normal funcionamento do Centro de Saúde do Lumiar e suas extensões, em benefício dos cerca de cem mil habitantes que residem nesta área geográfica da cidade de Lisboa. -----

----- 2. Enviar esta Recomendação ao: -----

----- - Sra. Ministra da Saúde; -----

----- - Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- - Sr. Presidente do Conselho de Administração da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; -----

----- - Coordenador do Centro de Saúde do Lumiar.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Nuno Roque, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “Considerando que, quando da construção da Linha do Metro Odivelas - Campo Grande inaugurada em 27 de Março de 2004, foi projectado e

posteriormente concluído um parque de estacionamento subterrâneo, sobre a estação do metro do Lumiar. -----

----- Considerando que o referido parque de estacionamento está concluído há cerca de um ano, tem capacidade para 220 viaturas e é importante para a população da zona ou que ali se desloca no desenvolvimento das suas actividades, não se compreendendo a sua não abertura ao público. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 16 de Setembro de 2008, delibera: -----

----- 1. Recomendar aos Senhores Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Presidente do Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa, que promovam com urgência a entrada em funcionamento do parque de estacionamento construído sobre a estação do metro do Lumiar e o coloquem ao serviço da população. -----

----- 2. Dar conhecimento desta Recomendação ao: -----

----- - Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- - Sr. Presidente do Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Nuno Roque, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “Uma das principais conquistas do 25 de Abril foi o Poder Local Democrático. Assim, o Poder Local tem o dever de promover e incentivar todas as comemorações que contribuam para lembrar e manter vivo o dia em que a liberdade foi devolvida ao nosso povo. -----

----- Considerando: -----

----- 1. Que a Abril, associação sem fins lucrativos, de carácter cívico e cultural, promove anualmente, em conjunto com outras Associações, as comemorações do 25 de Abril, na noite do dia 24, no Largo do Carmo; -----

----- 2. Que esta festa é visitada por milhares de pessoas, principalmente jovens; ---

----- 3. Que desde o primeiro ano da sua realização a Associação de Turismo de Lisboa faz a divulgação gratuita desta iniciativa, atitude que não está desligada do facto de inúmeros turistas a visitarem; -----

----- 4. Que a Associação Abril, solicitou à Câmara Municipal de Lisboa a isenção do pagamento da taxa relativa à emissão da Licença Especial de Ruído, a qual lhe foi recusada de acordo com o nº5 do ofício nº 760/DMF/DAJAF/DAT/08 onde se pode ler: “*Nestes termos, e considerando que as isenções ou reduções de taxas não podem ser concedidas fora das previsões legais em vigor, conclui-se no sentido de que a inexistência de norma que afaste a incidência tributária impede a possibilidade do reconhecimento e, conseqüentemente, da concessão do benefício fiscal requerido*”; -----

----- 5. Que as previsões legais em vigor parecem ter interpretações diferentes, conhecidas que são as isenções concedidas a eventos promovidos, - alguns até não realizados - por entidades e empresas, cujo interesse para a cidade é, no mínimo, duvidoso, sendo o exemplo mais recente a isenção de taxas concedida pela Câmara, mas ainda não aprovada na Assembleia Municipal, à João Lagos Sports para a realização e preparação da partida do Rali Pax; -----

----- 6. Que a Associação Abril, para não inviabilizar a iniciativa, pagou antecipadamente a quantia de €365.08 de taxa para a emissão da Licença Especial de Ruído; -----

----- 7. Que a Associação de Abril, à semelhança da esmagadora maioria das estruturas do Movimento Associativo e Popular, se debate com problemas financeiros que vêm sendo agravados pela cobrança de múltiplas taxas municipais.

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2008, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1. Que reconsidere esta decisão e isente a Abril da taxa para a emissão da Licença Especial de Ruído e proceda ao reembolso do valor já liquidado por esta Associação, com a brevidade possível; -----

----- 2. Que tendo em conta a importância das comemorações do 25 de Abril, que anualmente se realizam na cidade de Lisboa, sejam tomadas as decisões políticas necessárias com vista a evitar situações idênticas no futuro.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO CINCO

----- Conselho Municipal de Segurança -----

----- “O Conselho Municipal de Segurança de Lisboa é uma entidade de âmbito Municipal com funções de natureza consultiva, que visa promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre entidades que, na área do Município de Lisboa, têm intervenção ou estão envolvidas na prevenção e na garantia da inserção social e da segurança e tranquilidade das populações. -----

----- A actual composição deste órgão tomou posse no dia 30 de Março da 2006, na sede da Assembleia Municipal, reunindo mais de 60 entidades e personalidades. ---

----- Considerando que o Conselho deve reunir ordinariamente uma vez por trimestre, por convocação do Sr. Presidente da CML, o que não tem acontecido desde que foi formalmente constituído. -----

----- Considerando que o organismo deve reunir-se com maior frequência e não apenas se ocorrerem situações críticas ou urgentes de segurança. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, até ao final do ano corrente: -----

----- - Convoque a primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa; -----

----- - Apresente a esta Assembleia, no âmbito das competências do Conselho, propostas de segurança pública e rodoviária, bem como medidas de combate à exclusão social.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV)-----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO SEIS

----- Quadros de pessoal de Jardineiros e Calceteiros -----

----- “A Escola de Jardineiros e Calceteiros da CML existe desde 1986, situando-se na Quinta Conde dos Arcos, um dos viveiros municipais. A sua privilegiada localização permite as condições ideais para o ensino e para a prática da jardinagem. -----

----- Esta Escola tem vindo, ao longo dos anos, a leccionar diversos cursos e a formar pessoas para a profissão de jardineiro e calceteiro, sendo que, no ano de 2006, a CML, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, organizou dois cursos de formação profissional certificados - um para formação de jardineiro e outro para a de calceteiro -, com a duração de cerca de 1.980 horas cada, sendo disponibilizada uma bolsa de formação e subsídio de alimentação e transporte, durante a realização dos mesmos. -----

----- Estes cursos, vocacionados prioritariamente para desempregados com idade igual ou superior a 18 anos e possuindo habilitações escolares inferiores ao 9º ano de escolaridade, conferem a dupla certificação profissional e escolar equivalente ao 3º ciclo do ensino básico. -----

----- Reconhecendo-se que a Escola de Jardineiros e Calceteiros é, reconhecidamente, considerada a melhor escola do país neste tipo de formação, ao meritoriamente prestar um serviço público de formação, destinado à integração social de pessoas com dificuldades; -----

----- Considerando que, apesar da disponibilização de meios e investimento em formação, o município não aproveita esta mão de obra especializada, ao não promover de seguida a integração destes jardineiros e calceteiros nos seus quadros, através da abertura de concursos externos de ingresso, sendo que o último data já de 2004; -----

----- Considerando que existem inúmeros viveiros na cidade de Lisboa, com graves carências na renovação de recursos humanos, e espaços verdes praticamente ao abandono, necessitados de tratamento e manutenção. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- - Na próxima elaboração do Plano de Actividades e do Orçamento, seja contemplada a abertura dos concursos de admissão de jardineiros e calceteiros, conducentes ao preenchimento das necessidades deste Município.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV)-----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO SETE -----

----- Segurança e higiene no trabalho nas instalações municipais do Campo Grande

----- “Inseridas no Jardim do Campo Grande, funcionam as instalações camarárias de um grupo de trabalhadores da autarquia, mais concretamente, de cerca de 30 jardineiros municipais que têm a seu cargo a manutenção dos espaços verdes da zona norte de Lisboa. -----

----- Para além dos locais de trabalho, estas instalações comportam vestiários, balneários, arrecadações e depósitos de líquidos inflamáveis, que se encontram num

deplorável estado de degradação, ameaçando derrocada iminente e pondo em causa, não apenas o bem estar e saúde dos trabalhadores que utilizam estas instalações diariamente, como a segurança dos munícipes. -----

----- A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social realizou recentemente uma vistoria às instalações do Campo Grande, tendo posteriormente elaborado um parecer sobre a saúde, segurança e higiene do trabalho, no qual confirma estas deficiências. Posteriormente, a ACT procedeu à notificação do sr. Presidente da autarquia, com o objectivo de a CML adoptar as devidas medidas de prevenção e correcção adequadas. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, o mais tardar até ao final do ano corrente: -----

----- - Apresente a esta Assembleia um relatório preliminar, fundamentado, sobre as actuais condições de saúde, higiene e condições de trabalho das referidas instalações municipais, propondo medidas adequadas para solucionar as disfuncionalidades inventariadas; -----

----- - Considere, na elaboração do próximo Plano de Actividades e Orçamento do Município, um projecto de renovação das instalações, ouvidos os jardineiros sedeados no Campo Grande e seus órgãos representativos.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV)-----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO OITO -----

----- “A recente aprovação por unanimidade nesta Assembleia Municipal, da Estrutura Ecológica Municipal – Plano Verde, assim como das Medidas Cautelares a aplicar enquanto não estiver em vigor o Plano Director Municipal em curso de elaboração, teve em vista a preservação da área verde e zonas húmidas existentes na cidade e a criação de um contínuo que assegure a circulação e pureza do ar, a amenização do clima, a manutenção da biodiversidade e a fruição pública desses espaços. -----

----- Essa Estrutura Ecológica Municipal ficará enriquecida pela integração de áreas urbanas que sejam libertadas, assim como de Jardins e Quintas tradicionais ainda existentes na cidade, que urge preservar e transmitir às novas gerações para que não se percam da memória colectiva. -----

----- Entre esses jardins, subsiste na Freguesia dos Prazeres, um espaço de excepção, que até há pouco serviu de Residência aos Embaixadores da Grã-Bretanha e anteriormente de Legação desse mesmo Estado, propriedade murada, com área aproximada de 6.500 m², delimitada pelas Ruas do Prior, da Arriaga e de S. Francisco de Borja, verdadeiro pulmão dos Prazeres e da Lapa, abrangido pela Zona Especial de Protecção do Museu Nacional de Arte Antiga e de outros imóveis classificados situados na sua envolvente. -----

----- O futuro desse espaço revela-se incerto desde que os embaixadores se mudaram para outro local, sendo a última notícia conhecida o Parecer negativo do

IPPAR aposto ao requerimento de 08ABR04 da Embaixada Britânica, quanto à pretensão de construir dois grandes blocos de habitação e cave, ocupando quase metade do Jardim, com conseqüente descaracterização e sua irreversível perda. O Parecer do IPPAR fundamenta-se no facto de existirem árvores notáveis pelo porte e idade nesse Jardim Urbano. -----

----- Contam-se entre os exemplares botânicos mais relevantes, pinheiros de Alepo de grande porte, árvores de sombreamento das maiores da Europa e uma oliveira secular transplantada há decênios de Mértola. -----

----- Atendendo à especificidade da sua ocupação, está ainda a propriedade notabilizada pela existência de diversos painéis comemorativos e alusivos à permanência e visita a Portugal de diversas personalidades de relevância de ambos os Estados ao longo de mais de duzentos anos, sendo a sua bibliografia e iconografia abundante e de grande importância histórica. Inclusivamente e durante o conflito mundial do século anterior, foi no local que se assinaram as condições da rendição de Itália aos Aliados. -----

----- Considerando assim: -----

----- 1. Os benefícios que advirão para Lisboa da abertura no Jardim de um amplo espaço de cariz cultural, histórico e paisagístico, verdadeiro laboratório vivo das ciências da natureza. -----

----- 2. A possibilidade de criação na Residência/Legação, de um pólo museológico ou cultural da mais antiga Aliança europeia e da história comum de ambos os países, na sua gesta de descobertas e civilizacional, ou outro objectivo de dignidade equivalente. -----

----- 3. A manutenção na zona de um espaço verde aprazível, de passeio, de recreio e de eventos, sem equivalência na cidade. -----

----- 4. A imprescindibilidade de não permitir outro erro e oportunidade perdida como foi o caso dos Jardins e edifício da antiga Embaixada da Alemanha e posteriormente dos Estados Unidos, actualmente a descaracterizada e amputada Embaixada da China. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 16 de Setembro de 2008, delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Os Jardins da antiga Legação Britânica e anterior Residência dos Embaixadores da Grã-Bretanha sejam incluídos na Estrutura Ecológica Municipal de Lisboa em sede de revisão de PDM e desde já salvaguardada a sua integridade. -

----- 2. Ao abrigo da alínea m) do ponto 2 e alínea c) do ponto 7 do Art.º 64º da Lei n.º 169/91 de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi concedida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, se determine que os serviços da Câmara Municipal verifiquem com urgência a possibilidade de exercer o direito de Preferência, ou a Expropriação por utilidade pública ou a Permuta, ou outra operação de gestão urbanística que resulte na municipalização dos referidos terrenos e construções.” --

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Magalhães Pereira e Nelson Coelho, do PSD)-----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO NOVE** -----

----- “O Bairro da Liberdade é constituído em grande parte por edifícios degradados que não oferecem condições mínimas de habitabilidade. -----

----- Pela deliberação tomada em reunião da Câmara por unanimidade, sob proposta nº.279/CM/2001, em 27 de Junho de 2001, foi determinado a elaboração de um Plano de Pormenor para a reabilitação dos Bairros da Liberdade e da Serafina. E o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, através do Dec. n.º 28/2002, de 30 de Agosto considerou o Bairro da Liberdade como área crítica de recuperação e reconversão urbanística. -----

----- Por deliberações tomadas nas sessões da CML de Novembro de 2003 e de 28 de Janeiro de 2004 foi decidido o realojamento imediato dos moradores da área considerada mais crítica. a fim de proceder à estabilização da encosta do Bairro. ---

----- Posteriormente, segundo informação da Câmara, o Plano de Pormenor do Bairro da Liberdade e da Serafina encontravam-se em 2007 em fase de elaboração da proposta final e a aguardar parecer da CCDRLVT. -----

----- Deste modo a questão tem-se arrastado ao longo do tempo sem solução e sem que tenha havido diálogo com a população do Bairro. -----

----- A Câmara quer agora avançar com o processo procedendo à demolição de algumas casas cujos moradores correm maior perigo devido à instabilidade da encosta. Mas a recente decisão que tomou de informar os moradores da intenção de proceder ao seu desalojamento, num prazo de 60 dias para desocupação da encosta, sem antes estabelecer o diálogo com eles e sem lhes dar garantias de realojamento causa-nos as maiores preocupações, face à gravidade das consequências sociais que esta decisão poderá assumir tendo em conta as precárias condições de vida de muitos dos residentes em especial alguns idosos e com problemas de mobilidade. --

----- Por outro lado esta desocupação é uma medida avulsa que não pode ser desligada da conclusão do Plano de Pormenor para a reabilitação do Bairro da Liberdade e da Serafina por forma a garantir o financiamento das acções para esse efeito e o realojamento da população. -----

----- Tendo em conta estes factos o Grupo do PCP propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 16 de Setembro recomende à Câmara: -----

----- 1. Que não proceda a qualquer desalojamento sem antes garantir as alternativas de realojamento dos moradores que habitam casas de maior risco, salvo caso de força maior e depois de devidamente acautelado. -----

----- 2. Que seja retomada a tramitação normal do Plano de Pormenor aprovado para o local e que se estabeleça um programa de actuação, com acções e calendarização coerentes, com vista a garantir a segurança dos moradores, em diálogo com a população a fim de solucionar os problemas do Bairro da Liberdade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DEZ** -----

----- SOBRE OS CIDADÃOS DE LISBOA, AS REPRESENTAÇÕES -----

----- DIPLOMÁTICAS E A LIVRE CIRCULAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS -

----- “1. Considerando que, a pedido da Embaixada de Israel, um dos sentidos da Rua António Enes foi, há quatro meses, cortado ao trânsito, através da colocação de um aparatoso dispositivo de segurança no espaço público, impedindo a movimentação de cidadãos e residentes naquela artéria da cidade; -----

----- 2. Atendendo a que as medidas de segurança adoptadas – duas cancelas automáticas, diversos “pilares” anti-bomba, vigilância da Mossad e Polícia de Segurança Pública –, assim como a sinalética utilizada, transformaram por completo aquela zona das avenidas novas, causando intensos transtornos aos moradores, comerciantes e transeuntes; -----

----- 3. Tendo em conta que o aparato securitário instalado tem afastado os peões, facto que se repercute inclusive na frequência dos estabelecimentos comerciais na zona, uma vez que os cidadãos preferem evitar aquela área, situação que já se tem traduzido na restrição do acesso de moradores ou visitantes às suas habitações; ----

----- 4. Assumindo este impedimento como um verdadeiro atentado à liberdade de circulação no espaço público e à qualidade de vida dos residentes da zona, cuja necessidade de segurança, invocada pela Embaixada, de modo algum justifica de forma permanente; -----

----- 5. Considerando que, eventuais restrições ao livre acesso dos cidadãos a determinadas zonas do espaço público, alegadamente por aquelas razões de segurança, apenas se poderão justificar em situações de transitoriedade e em moldes provisórios, não sendo aceitáveis situações em que, o carácter provisório, se transforma, por inépcia de quem de direito, em definitivo, como parece estar a acontecer com a Embaixada de Israel, na Rua António Enes e, também, com a Embaixada de Inglaterra, na Rua de São Bernardo (à Estrela); -----

----- 6. Sabendo-se que a gestão do espaço público é responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, e que o Executivo Camarário não pode continuar a ignorar as situações onde os cidadãos são impedidos de circular livremente em locais de fruição e acesso público. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na reunião ordinária de 16 de Setembro de 2008, delibere: -----

----- 1. Recomendar que a Câmara Municipal de Lisboa diligencie, o mais breve possível, no sentido da eliminação das barreiras introduzidas pelo dispositivo de segurança da Embaixada de Israel na Rua António Enes, e também, junto da Embaixada de Inglaterra, da reposição das condições normais de circulação na Rua de São Bernardo, de modo a que seja garantido o pleno direito à livre circulação por veículos e pessoas nas ruas onde se localizam aquelas representações diplomáticas. -----

----- 2. Alertar os cidadãos de Lisboa para o risco inaceitável de estes poderem assumir-se como verdadeiros “escudos humanos” das políticas militaristas, agressivas e neo-coloniais da globalização imperial a nível mundial, especialmente quando as representações diplomáticas desses países se localizam em edifícios residenciais, como acontece com a Embaixada de Israel em Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal José Gusmão, do BE) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DEZ-A** -----

----- “Considerando que o espaço público envolvente de algumas representações diplomáticas na Cidade se encontra condicionado por razões objectivas de segurança; -----

----- Considerando que esses condicionamentos causam inequívocos transtornos aos moradores, comerciantes e munícipes, para além de afectarem a qualidade do espaço público em Lisboa; -----

----- Considerando que não cabe aos órgãos do Município apurar da situação de segurança que envolve as representações diplomáticas em Lisboa: -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Setembro de 2008, recomenda à CML que, no estrito âmbito das suas competências, procure encontrar alternativas e soluções que minimizem ou eliminem tais condicionamentos.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO ONZE** -----

----- **EDIFÍCIO EM CONSTRUÇÃO NO ALTO DOS MOINHOS** -----

----- “1. Considerando o edifício sede do Grupo COFINA em construção no Alto do Moinhos, em Benfica, num empreendimento com mais de 35.000 m² de área bruta de construção; -----

----- 2. Atendendo que aquele edifício está a ser construído junto dos terraços nas traseiras dos prédios contíguos existentes, entaipando os mesmos e respectivas vistas, prejudicando a qualidade de vida dos moradores e colocando, em simultâneo, questões ao nível das acessibilidades de segurança às traseiras dos prédios; -----

----- 3. Relembrando as declarações do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa na última reunião pública descentralizada, onde caracterizou o referido edifício como sendo “uma barbaridade urbanística”; -----

----- 4. Admitindo que a zona em questão constitui um área já altamente betonizada, que tem sofrido um crescimento urbanístico exponencial, que resultaram em problemas vários ao nível de trânsito e estacionamento; -----

----- 5. Sabendo-se das dificuldades dos moradores em aceder à informação na Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 6. Tendo em conta que as parcas informações obtidas pelos moradores surgem como incompletas e contraditória, nomeadamente quanto ao número de pisos previstos para o empreendimento; -----

----- 7. Assumindo a existência de dúvidas relativamente ao pagamento, ou determinação da sua isenção, de taxas municipais relativas ao empreendimento em causa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na reunião ordinária de 16 de Setembro de 2008, delibere: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a imediata suspensão de todas as obras em curso. -----

----- 2. No prazo de 8 dias a contar da apresentação da presente recomendação a Comissão de Urbanismo elaborará um relatório fundamentado sobre a matéria. -----

----- 3. Alterar o projecto, ouvidos os moradores e o promotor, de forma a garantir a qualidade de vida e os direitos dos munícipes residentes e no respeito pelo normativo legal aplicável. -----

----- 4. Efectuar uma auditoria a todos os procedimentos do projecto e alargá-la a toda a Urbanização em que o projecto se insere, garantindo a transparência de processos e detectando e corrigindo eventuais irregularidades ou falhas assim, como o apuramento de responsabilidades correspondentes.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal José Gusmão, do BE) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOZE

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no art. 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- - Compete às autarquias fomentar a prática do desporto. -----

----- - A realização de actividades desportivas tem consequências fundamentais na necessidade de ocupação dos jovens. -----

----- - Não se conhecem actividades relevantes, de iniciativa camarária, na área do desporto. -----

----- Recomenda-se à Câmara Municipal que: -----

----- 1. Retome a iniciativa da realização dos Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa. -----

----- 2. Prepare essa organização para que tenha início já no ano de 2009.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO TREZE

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no art. 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- - O executivo camarário anunciou e divulgou com todo o mediatismo que lhe é conhecido a medida de recuperação de todas as passadeiras junto às escolas. -----

----- - Tal medida não foi concretizada no seu todo, pois existem várias passadeiras não recuperadas. -----

----- - Aquando do triste incidente junto a uma escola da Freguesia do Lumiar, o Senhor Presidente da Câmara anunciou um rigoroso inquérito sobre as razões que levaram a que não fossem cumpridas as instruções que deu. -----

----- - Para além das zonas das escolas é notório o péssimo estado das passadeiras para peões em toda a cidade. -----

----- - A falta de sinalização ou sinalização deficiente nestes locais é uma evidência. -----

----- Solicita-se à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Informe as conclusões do inquérito referido no ponto 3 dos considerandos. -

----- Recomenda-se à Câmara Municipal que: -----

----- 1. Seja efectuada uma recuperação exaustiva de todas as passadeiras de peões da cidade de Lisboa. -----

----- 2. Em colaboração com as Junta de Freguesia sejam alterados locais ou colocadas novas travessias para peões. -----

----- 3. Seja revista a sinalização junto das passadeiras.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP)-----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO CATORZE** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no art. 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- - Está a iniciar-se um novo ano lectivo; -----

----- - As autarquias têm um importante papel ao nível da educação; -----

----- - As autarquias devem contribuir para o aumento do aproveitamento escolar, incentivando o mesmo; -----

----- - São notórias as dificuldades financeiras de muitas famílias em manterem os seus filhos na escola. -----

----- Recomenda-se à Câmara Municipal que: -----

----- 1. Crie um regulamento para atribuição de bolsas de estudo, de acordo com os vários graus de ensino; -----

----- 2. Essas bolsas de estudo deverão contemplar, por um lado, o mérito dos alunos, por outro lado, as dificuldades económicas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP)-----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que com este regresso após as férias acabaram as ilusões e os lisboetas regressaram à cidade, ao cumprimento dos seus rituais do dia-a-dia e à constatação de que nada melhorara na cidade. -----

----- O trânsito continuava caótico; o estacionamento em segunda fila continuava a ser uma realidade; inúmeras passadeiras de peões continuavam por pintar; as ruas de Lisboa continuavam sujas; os passeios e os espaços públicos continuavam degradados; os espaços verdes, da responsabilidade da Câmara, continuavam ao abandono; o plano de saneamento financeiro continuava a não existir; o despesismo camarário continuava por reduzir; a reestruturação da Câmara continuava por fazer; a revisão do Plano Director Municipal continuava parada; a Polícia Municipal continuava sem agentes suficientes para cumprir a sua missão, e muitos deles queriam, agora, regressar à PSP. -----

----- As trapalhadas urbanísticas continuavam, que se visse o caso da Cofina, já hoje ali falado, e os avanços e recuos de embarga/não embarga do Presidente António Costa e do Vereador Manuel Salgado. -----

----- A reorganização e completamento da rede de radares de controlo de velocidade continuava a zeros! -----

----- A zona ribeirinha encontrava-se enredada e paralisada, fruto da incapacidade da Câmara Municipal e do Governo se entenderem realmente sobre o futuro da zona, para além dos protocolos de intenções de impacto puramente mediático. -----

----- A Baixa continuava a não ser atractiva para fixar a população residente, e a Câmara continuava a querer ignorar que isso passava pela reabilitação de quarteirões e não pela oferta de museus. O Chiado continuava desaparecido de qualquer preocupação da Câmara, e o Parque Mayer continuava bloqueado e num impasse infundável. -----

----- Em Alcântara, o Governo e a Refer continuavam a desenvolver um projecto altamente lesivo para a qualidade de vida em Lisboa e para a sua relação com o Rio Tejo, projecto esse que o Sr. Presidente dissera não conhecer, mas continuava a pactuar com ele. -----

----- O Presidente António Costa continuava sem reunir o Conselho Municipal de Segurança, mas a insegurança na cidade tem aumentado, como se via com o aumento da criminalidade violenta neste verão, e também com a multiplicação, pouco habitual, de incêndios no edificado da cidade, ainda que, felizmente, de consequências reduzidas. -----

----- O desrespeito pelas Juntas de Freguesia continuava a ser constante e ostensivo. --

----- Estes, disse, eram apenas alguns exemplos de áreas que o Presidente António Costa declarara prioritárias para o seu mandato, mas cuja evolução tem sido inexistente, ou apenas momentaneamente lembradas por um *flash* mediático que imediatamente se apagava. -----

----- E o que fizera o Presidente António Costa para inverter tais situações? Ocupara-se com aspectos completamente marginais para o interesse da Cidade de Lisboa. Dera a cara num encarte do PS, de mera promoção mediática nos jornais, contento informação despudorada sobre a actividade da Câmara e o estado da cidade. -----

----- Aliás, gostariam de saber se a Câmara patrocinara ou de alguma forma contribuíra para esse encarte. Naturalmente só podiam esperar que não, dada a legalidade, a ética e a transparência exigíveis, bem como o facto do Presidente António Costa apregoar, sistematicamente, a crise financeira do Município. -----

----- Mas o Presidente António Costa continuara activo, pelos vistos desde Maio. Não a favor da cidade, era certo, mas a favor da sua tranquilidade política. Com o habitual mediatismo inconsequente, anunciara um “acordo de cooperação” com as Vereadoras Helena Roseta e Manuela Júdice, do Movimento Cidadãos por Lisboa. Mas, por razões eleitoralistas, nenhum deles tivera a coragem de assumir perante os lisboetas, com clareza, frontalidade e transparência, que essa partilha de poder, de funções e de orçamento era uma verdadeira coligação que se destinava a facilitar a aprovação das propostas da maioria. Que o assumissem, porque para o PSD essa coligação não constituía nenhum problema! Já Lisboa não ganharia nada com ela. -----

----- Lembrou que a Sra. Vereadora Helena Roseta e o seu Movimento contribuíram para chumbar a proposta apresentada pelos Vereadores do PSD para reabilitação de dois quarteirões na Baixa, precisamente com o intuito de atrair e fixar população em

Lisboa e melhorar as condições de vida naquela zona histórica da cidade. Esse chumbo não era um bom cartão de visita favorável a Lisboa. -----

----- Lembrou também que a Sra. Vereadora Helena Roseta atacara fortemente o PSD por estar contra o empréstimo de 500 milhões de euros, o tal que o Tribunal de Contas chumbara! E esse ataque também não era um bom cartão de visita favorável a Lisboa.-

----- E como podia o Presidente António Costa celebrar essa coligação, menos de dois meses depois das acusações que a Vereadora Helena Roseta lhe fizera de ter uma atitude insustentável, de não agendar propostas da oposição, ou de o fazer apenas quando as mesmas perdiam oportunidade, ou seja, acusando-o de gerir o Executivo de forma pouco democrática. -----

----- Que razões tão fortes teriam sido levadas à mesa das negociações para que toda a hostilidade anterior tivesse agora dado lugar a essa coligação? Era uma interrogação quer ficava, um dia perceber-se-ia a resposta. -----

----- O que o PSD receava era as consequências que teria para Lisboa a aprovação de propostas penalizadoras e condicionadoras da cidade, agora com os votos favoráveis da Sra. Vereadora Helena Roseta e do seu Movimento. -----

----- Continuando, disse que enquanto o Presidente António Costa se ocupava com estas actividades, seguramente legítimas mas sem quaisquer resultados positivos para a cidade, a distração na coligação PS/BE era total e preocupante. -----

----- Por essa razão, a candidatura da Câmara Municipal de Lisboa a fundos comunitários destinados às escolas foi entregue fora de prazo, inviabilizando a melhoria do parque escolar da cidade, situação gravíssima sob qualquer ângulo de observação. Aliás, esta Vereação tinha qualquer problema com os prazos, porque também a Sra. Vereadora Rosalia Vargas não cumprira o prazo, que a si própria impusera, de entregar na sexta-feira passada o relatório do inquérito interno que fizera a esse processo. -----

----- E não valia ali dizer que não se perdera nada neste processo porque poderia haver outra oportunidade. Com este caso Lisboa perdia muito, e a Câmara perdera credibilidade técnica e política. -----

----- Mas este não era um caso de incompetência técnica. Por isso também não valia a pena atirar para cima dos serviços essa responsabilidade, lavar as mãos e continuar como nada se tivesse passado. Este era um caso de incompetência política, e a incompetência política tinha rosto. Neste caso havia inequívoca responsabilidade política do Presidente António Costa e da Vereadora Rosalia Vargas, que devia ter consequências. -----

----- A propósito, lembrou o esforço da Assembleia Municipal na aprovação, sem discussão, da Carta Educativa, em Abril, precisamente para permitir que, em tempo oportuno, as candidaturas fossem entregues. Mas via-se agora o resultado, via-se o que se podia esperar do Executivo municipal. -----

----- É que tudo isto acontecia precisamente quando o Presidente António Costa apregoava, num revivalismo guterrista, que a educação era uma prioridade. Se o fosse mesmo, este caso nunca poderia ter ocorrido porque o acompanhamento político, estreito e directo, do Presidente e da Vereadora, nunca o permitiria. -----

----- Por isso, o PSD reclamava que o Sr. Presidente da Câmara retirasse, de imediato, o Pelouro da Educação à Sra. Vereadora Rosalia Vargas, porque, se o não fizesse, ninguém mais poderia acreditar que a educação era a sua paixão e que a reabilitação do parque escolar de Lisboa era para levar a sério, por muito que inaugurasse o ano lectivo com mais fogacho mediático. -----

----- Seguidamente, falando da campanha que o Presidente António Costa e a Vereação fizeram na comunicação social sobre a enorme actividade de pintura de passeadeiras em Lisboa, em especial junto às escolas, disse que se também isso constituía um objectivo fundamental do Executivo só se podia exigir que os responsáveis políticos monitorizassem, ao milímetro, o seu cumprimento. É que isso não acontecera. -----

----- Não era aceitável, pois, que quando havia um acidente dramático e brutal, como foi o atropelamento mortal de uma aluna da Escola D. José I, no Alto do Lumiar, em Junho passado, as únicas conclusões fossem a descoordenação entre a Câmara e a SGAL na intervenção ao nível da segurança rodoviária. -----

----- Disse que face à enorme sensibilidade deste tema, o PSD reservava a sua posição até conhecer o relatório com detalhe, mas lamentava profundamente que se perdessem vidas humanas por descoordenação, numa área à qual a Câmara dera enorme dimensão mediática. A coordenação da Câmara era sempre da responsabilidade do Presidente António Costa, ainda para mais num processo que envolvia pelouros de três Vereadores. Não podia era o Presidente António Costa estar, permanentemente, a remeter as responsabilidades para os serviços, sem assumir as suas responsabilidades políticas. -----

----- Seria que também era culpa dos serviços que o Presidente António Costa, não cumprindo uma recomendação aprovada pela Assembleia Municipal, e moções aprovadas nas Assembleias de Freguesia respectivas, tivesse impedido o policiamento de proximidade na zona norte de Lisboa? -----

----- Seriam também os serviços culpados que o Presidente António Costa nunca tivesse convocado o Conselho Municipal de Segurança quando os problemas de segurança da cidade se agravavam? -----

----- Também estavam à espera que o Presidente António Costa remetesse para os serviços a responsabilidade pelo incumprimento gritante da sua palavra e dos compromissos que assumira, e que garantiam às Juntas de Freguesia do PSD que receberiam da Câmara a totalidade da verba necessária para cumprir as obrigações constantes dos protocolos de delegação de competências. -----

----- E os serviços também não deixaram de ser os responsáveis, nas palavras da Sra. Vereadora Rosalia Vargas, pela tentativa de controlar politicamente, com pessoal do seu Gabinete e afastando as Juntas de Freguesia, os Conselhos das escolas e, por inerência, a eleição dos Presidentes dos Conselhos Directivos, da qual teria desistido e recuado por força da indignação, enérgica e imediata, dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

----- Continuando, disse que no dia 4 de Abril de 2008, foram assinados os protocolos de delegação de competências, portanto há quase meio ano! E pese embora o PSD

viesses alertando a Câmara, de forma clara, para o incumprimento dessa situação, não tem havido, da parte do Presidente António Costa, qualquer vontade ou capacidade para determinar a resolução da mesma, mas apenas para a protelar com promessas de prazos constantemente incumpridos. -----

----- Ou seja, em 2008, as Juntas de Freguesia têm estado a subsidiar a Câmara, sendo que a situação se encontrava perto da rotura, ficando em aberto todas as consequências. Esta era uma situação de extrema gravidade, que atentava profundamente contra os interesses dos municípios das freguesias porque asfixiava financeiramente as Juntas, e que tinha por único responsável o Presidente António Costa. -----

----- Por essa razão, numa Moção, o PSD denunciava e censurava veementemente essa irresponsabilidade política do Presidente António Costa. -----

----- Por tudo isso, preocupava e continuaria a preocupar o PSD, a inércia do actual Executivo municipal. E que não viesse o PS queixar-se do PSD de bota-abaixo como agora fazia sempre que havia qualquer crítica, porque ao contrário do PS quando esteve na posição em que agora estava o PSD, sempre têm sido uma oposição responsável. Tanto que viabilizaram o Plano de Saneamento Financeiro, viabilizaram o Orçamento para 2008, viabilizaram o primeiro e o segundo empréstimos, viabilizaram a Carta Educativa, viabilizaram o Plano Verde, viabilizaram os concursos para manutenção dos espaços verdes, entre outros exemplos que ali ficavam para demonstrar a diferença de atitude. -----

----- Disse, ainda, que nenhum encarte propagandístico nem nenhum acordo inútil para Lisboa que o Presidente António Costa fizesse, seriam capazes de inverter a inércia e incapacidade que estava definitivamente inscrita no código genético da actual coligação liderada pelo PS. O Presidente António Costa via agora reunidas excelentes condições para governar a cidade, e via aumentada exponencialmente a sua responsabilidade política e autárquica, pelo que deixava de poder invocar a ausência de uma maioria camarária como desculpa para a incapacidade que vinha demonstrado para gerir Lisboa. -----

----- Em consequência, disse a terminar, Lisboa e os lisboetas só podiam aumentar o seu grau de exigência sobre a gestão camarária do Presidente António Costa. Era o que o PSD iria fazer na Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que, em nome do PS, queria manifestar a todos a esperança que tivessem tido umas férias o melhor possível, e naturalmente tivessem aproveitado para carregar as baterias porque iam ter um ano político naturalmente muito aliciante, um ano político seguramente polémico, um ano político em que teriam ali, na pluralidade das suas divergências e opiniões, oportunidade, assim o esperava, de contribuir para a melhoria da Cidade de Lisboa. -----

----- Costumava dizer-se que por vezes o repouso e as férias podiam ser bons conselheiros, mas depois de ouvir o Deputado Municipal Saldanha Serra achava que ele desperdiçara completamente as suas férias, porque elas, de facto, não foram boas conselheiras. -----

----- Disse que e havia sempre duas opções para o PSD na cidade e na Assembleia Municipal de Lisboa: ou tinha uma atitude de partido com responsabilidades, de partido do poder, de partido de Governo com sentido de Estado, e tinha portanto em conta esse seu passado, essa sua tradição e assumia ali uma postura, naturalmente crítica mas também construtiva e respeitável do ponto de vista político, ou assumia uma atitude populista, que era o que já vinha assumindo antes do período de férias e que pelos vistos optara por continuar a assumir. -----

----- Referiu que o Deputado Municipal Saldanha Serra fizera ali um discurso que ultrapassara todas as normas da demagogia, e também completamente populista e irresponsável, do ponto de vista político, em muitas matérias. -----

----- Mas dava só um pequeno exemplo. Pegar na questão do prédio da Cofina e responsabilizar o actual Presidente da Câmara por um projecto que foi aprovado pela Câmara do PSD no tempo da presidência do Dr. Santana Lopes, era, de facto, o mais elementar e o mais básico populismo que se poderia verificar. Aguardavam, por isso, com muita curiosidade a votação do PSD em relação à Moção que o BE apresentara sobre essa matéria. Poderiam votar tudo a favor ou até tudo contra, não fazia ideia, mas a verdade é que o PSD era responsável por aquela barbaridade urbanística e não eram capazes de o reconhecer e de pedirem ali desculpas por aquilo que herdaram, do ponto de vista político, da sua própria cor política. -----

----- Mas não! O Deputado Municipal Saldanha Serra optara por um discurso que passava ao lado dessa matéria toda, e entendera transferir esse problema para o actual Presidente da Câmara e Vereação. De facto, era espantoso o nível a que o PSD descera na Assembleia Municipal de Lisboa! Mas, enfim, cada um ficava com o nível que queria assumir, as coisas eram assim mesmo. -----

----- Continuando, disse que o PSD não podia passar, depois de um ano e alguns meses de mandato da Câmara Municipal, por todas as suas responsabilidades como cão por vinha vindimada, sendo, como era, o maior responsável pelas piores situações de que havia memória na Cidade de Lisboa. De facto, já nem sequer queria falar nisso, mas o Deputado Municipal Saldanha Serra obrigava-o, novamente, a reavivar a memória do PSD sobre aquilo que então era a cidade, que estava numa situação tão negativa que o líder do PSD da altura, Dr. Marques Mendes, decidira pôr cobro convocando eleições intercalares para a Cidade de Lisboa. -----

----- Mas se cumprimentava e tirava o chapéu à decisão do PSD nessa altura, naturalmente já não acompanhava que então não tivessem tido a coragem política para promoverem eleições para a própria Assembleia Municipal. Não dizia para as Juntas de Freguesia porquanto esses órgãos tiveram programas próprios para fazerem o seu trabalho e seguramente todos os Presidentes de Junta seriam julgados no quadro normal, mas que soubesse – já referira isso ali e voltava a lembrar – não houve um programa político dos Deputados Municipais do PSD à Assembleia Municipal e do Prof. Carmona Rodrigues à Câmara Municipal em separado. Ou seja, politicamente havia ali co-responsabilização e co-adopção das propostas. -----

----- Portanto, a mesma maioria política do PSD que decidira pôr em causa a gestão e fazer eleições intercalares para a Câmara, decidira igualmente, e a seu ver de uma

forma muito infeliz, de uma forma muito receosa, não se atrever a fazer eleições também para a Assembleia Municipal. -----

----- Por isso, hoje em dia estavam confrontados com uma Câmara que tinha uma nova legitimidade, uma legitimidade mais recente dada pelos lisboetas, que era avaliada, julgada e condenada por uma maioria política da Assembleia Municipal que já havia sido julgada e condenada nessas eleições intercalares. Portanto, o PSD poderia usar ali a força da maioria, mas politicamente estava fora de prazo na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Prosseguindo, disse que compreendiam a aflição do PSD, porque neste mandato o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa, com muito trabalho, porventura até com alguma incompreensão de muita opinião publicada, desataram e resolveram muitos nós que herdaram do PSD. -----

----- Por exemplo, contrariamente ao que disse o Deputado Municipal Saldanha Serra, o Parque Mayer hoje em dia já tinha o caminho encontrado e as coisas estavam a correr, e foi uma embrulhada que o PSD criara por completa inabilidade política. -----

----- Por outro lado, a sindicância que foi mandada fazer à Câmara tivera consequências, consequências políticas e consequências urbanísticas; existiam hoje em dia regulamentos que não existiam no tempo do PSD, estavam a ser aprovados os regulamentos de alteração de subsídios, regulamentos urbanísticos e o plano de pormenor da Baixa-Chiado. -----

----- Portanto, quem viesse a seguir, que tinha a certeza que seria novamente o PS, iria beneficiar desse trabalho espantoso que já foi feito neste mandato, porque a Câmara com o PSD estava sem rei nem roque, estava completamente à deriva, parecia uma jangada a flutuar no oceano. -----

----- Naturalmente percebiam a oportunidade política do PSD nalguns assuntos que ali apresentava, e nem levavam a mal porque isso fazia parte do combate político. Percebiam, por isso, a Moção que apresentaram a propósito da questão do QREN, que lamentavelmente ocorrera, e em relação à qual aguardavam com serenidade o resultado do inquérito mandado instaurar pela Sra. Vereadora. Não podia ser de outra maneira. Mas naturalmente também não embarcavam na onda de oportunidade política que o PSD estava ali a criar, porque tinham a certeza, e a Sra. Vereadora já o referira, que por aqueles projectos em concreto nenhuma criança, nenhuma escola sofreria uma penalização, um atraso sequer de um dia por essa falha lamentável que ocorrera. -----

----- Mas o Deputado Municipal Saldanha Serra não referira isso, o que referira foi o fim do mundo, o descalabro total, quando efectivamente não estava em causa a execução desses projectos e a construção e reparação das escolas. Portanto, também lhe ficaria bem reconhecer isso na Moção. -----

----- E também achavam muita piada, para não dizer que era lamentável, que o PSD viesse agora ali recordar-lhes a grande trapalhada que o próprio PSD teve com a questão da Polícia Municipal, já que se entraram agora 150 novos agentes para a Polícia Municipal foi porque o Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Costa, fizera o protocolo que o PSD nunca foi capaz de fazer. -----

----- Portanto, aquilo que doía ao PSD, e porventura seria aquilo que muitos dos seus membros desejavam, mas que não estava a acontecer – dizia muitos e não todos – era que a Câmara estava a cumprir ao milímetro, estava a ser rigorosa com todas as Juntas de Freguesia, tratando por igual todas elas quer fossem do PS, quer fossem do PSD, quer fossem do PCP. -----

----- Por conseguinte, sabiam aquilo que podiam esperar do PSD, iam ter ali um PSD populista pensando que isso lhe iria render, em 2009, uma estrondosa vitória. Mas, na verdade, já vira o PSD com melhores horizontes e melhor futuro. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que apresentaram à Assembleia Municipal votos de pesar pelos falecimentos de Lourenço Bernardino e Adão Barata, que foram, respectivamente, presidentes das Juntas de Freguesia de Santo Condestável e de Carnide, membros da Assembleia Municipal e autarcas que muito deram a Lisboa. Prestavam-lhes homenagem e guardariam para sempre o seu exemplo de comunistas e lutadores pela transformação da cidade e do País. -----

----- Disse que o Grupo Municipal do PCP apresentara também uma Recomendação sobre a cobrança de taxas de emissão de Licença Especial de Ruído à Associação Abril, por ter comemorado e festejado o 25 de Abril no Largo do Carmo, com outras Associações de Lisboa e população da cidade. Propunham que a Câmara reconsiderasse essa decisão, chamando mais uma vez a atenção para a prática de isenção de taxas para realizações com fins lucrativos, como era o Rally Pax. Curioso comportamento de uma Câmara que deveria promover a comemoração de um acontecimento que deu vida democrática ao Poder Local e que cobrava uma taxa de ruído a quem a substituíria nessa iniciativa de festejar o 25 de Abril. -----

----- Apresentaram também uma Moção sobre a revisão do Código Laboral, que, afinal, parecia nem corresponder à versão negociada e pressurosamente aceite, como sempre, pela UGT. Piorara e iria esfrangalhar ainda mais os direitos de quem trabalhava. Era no interesse dos trabalhadores de Lisboa e do desenvolvimento do País, que lutavam e lutariam contra leis do PS que tornavam mais infernal a vida de quem trabalhava e das famílias, dando leite e mel de mão beijada a quem não era empresário que se visse, a quem explorava e se aproveitava das benesses do Governo e dos dinheiros e subsídios que deveriam, isso sim, ser dedicados à educação, à saúde e a outras áreas de que o poder central era responsável e que abandonava. -----

----- Era um fartar vilanagem para quem detinha já a imensa maioria da riqueza que era criada no País. A social-democracia do PS estava cada vez mais espezinhada e metida na gaveta da história do oportunismo só aparentemente socialista. -----

----- Disse que de outras situações e propostas falariam camaradas do Grupo Municipal do PCP, nomeadamente sobre o Bairro da Liberdade, no PAOD, e sobre a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, que deveria ouvir as críticas da população da cidade quanto à ausência de trabalho e de obras que correspondessem aos reais interesses da cidade. Não havia intervenção que se visse e, quando apareciam a defender alguma coisa, era um susto para a cidade. Falavam

desse “aborto” do Rato que o Vereador Manuel Salgado gostaria de ver no gaveto da Rua Alexandre Herculano, vivinho da costa e agressor do essencial do tecido urbano que lhes restava. -----

----- Continuando, disse que o Presidente António Costa não ouvia a população e preferia entender-se com namoros e casamentos na Câmara. Maquiavel e Santo António misturados, tecendo um albergue espanhol, saudado por Alegre, que ia preparando o terreno para melhor abençoar a política de Sócrates e ajudar o PS nas eleições legislativas que se aproximavam. Só não via quem não queria ver! No meio disso, o Bloco ficava sem um namoro que se antevia e, com tanto “tudo ao molho e fé em Deus”, Sá Fernandes ainda acabaria por montar uma tenda individual na Praça do Município, a pedir que o albergue espanhol se transformasse em pensão Estrela, ultrapassado pelos acontecimentos e incapaz de destrinçar entre quem tinha princípios e quem se entregava a qualquer miragem. -----

----- Mas de tudo isso e muito mais falariam noutros pontos da ordem de trabalhos, com independência, rigor e vontade enorme de continuar a servir Lisboa. Ali estariam, claros, frontais e sem cedências, que os “abraços de urso” que vinham à tona só serviam para mostrar a fragilidade de projectos independentistas e populistas. Afinal, os castelos de cartas do verbalismo e das promessas abissais caíam depressa, neste início de ano que já trazia a carga eleitoral e a ambição do poder a todo o custo, sobretudo à custa de Lisboa, que exigia obras e trabalho e não pequenas manobras de caça ao voto. -----

----- **O Deputado Municipal José Gusmão (BE)**, no uso da palavra, disse que antes de se referir aos documentos que apresentaram, desejava perguntar ao Deputado Municipal Modesto Navarro se era este PCP era o mesmo partido, firme, sem cedências e que recusava “abraços de urso”, que aceitara pelouros do Dr. Rui Rio, na Câmara Municipal do Porto, ou que esteve a fazer, em muitos casos bom trabalho, na Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com outras forças políticas, durante dez anos. -----

----- Sobre a Recomendação que o BE apresentara relativamente ao prédio que estava neste momento em construção no Alto dos Moinhos, que visava vir a ser o edifício-sede do Grupo Cofina, disse que se tratava de uma obra cujo processo de edificação, e o próprio projecto, estava recheado de várias ilegalidades, de violações ao RGEU que tinham consequências ao nível da vista que os moradores tinham e deixaram de ter, da iluminação de uma boa parte dos lotes na urbanização já existente, de dificuldades ao nível das condições de segurança, nomeadamente do ponto de vista dos acessos pelo lado dos terraços, e, inclusive, de condições de salubridade que se começariam a colocar no momento em que o que eram antes terraços daquela urbanização passarem a ser autênticos poços com uma profundidade bastante considerável, o que tinha implicações ao nível da circulação do ar, dos cheiros e por aí fora. -----

----- Disse que todo esse processo foi classificado, apropriadamente, pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa como uma barbaridade urbanística. -----

----- Mais do que iniciarem um debate, bastante comum na Assembleia, sobre as responsabilidades passadas, desejava dizer que o BE já referira vezes suficientes o que

pensava da gestão urbanística da direita nos últimos anos, já apontaram inúmeros exemplos da incompetência, da irresponsabilidade, do facilitismo e das ilegalidades que foram cometidas em mandatos anteriores, mas não era disso que pensavam que se deveria falar agora, porque a Assembleia Municipal e o Executivo que estavam em exercício agora, teriam que assumir as responsabilidades de lidar com esse problema, no respeito pelos direitos dos moradores daquela urbanização. -----

----- E isso significava verificar se fazia de facto sentido falar de direitos constituídos da Cofina naquele projecto; isso significava ir ver a todo o processo se havia ou não havia ilegalidades, se havia ou não havia irregularidades, violações da lei e de instrumentos de planeamento municipal, ou seja, significava fazer uma auditoria a todo o processo e armar os moradores e a Câmara Municipal de Lisboa dos instrumentos políticos e legais que permitissem impor uma negociação sobre essa matéria. E uma negociação teria que ter duas partes: o promotor e os moradores que saíram prejudicados com essa urbanização. -----

----- Aliás, convinha dizer que era impensável que tendo a Câmara Municipal uma posição tão clara sobre a qualidade daquele projecto urbanístico, uma barbaridade urbanística, repetiu, os moradores daquela zona tivessem que regatear com o Vereador e com os serviços da Câmara a informação, os documentos e os projectos que eram necessários para eles próprios poderem contestar todo esse processo. Isso era uma prática de falta de transparência que não dignificava o Executivo municipal. -----

----- O BE entendia que era responsabilidade da Câmara lançar mão de todos os instrumentos que tinha ao seu alcance, e eram muitos, para se fazer com que, promotor e moradores, se juntassem à mesa para alterar esse projecto no respeito pela lei, no respeito pelos próprios regulamentos que a Câmara Municipal aprovara, e no respeito por direitos absolutamente elementares dos moradores. -----

----- Se não o fizesse, o sinal que estaria a dar era que aquilo que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa considerava uma barbaridade urbanística, podia andar em frente desde que o promotor tivesse tido o cuidado de criar no terreno os factos consumados necessários, isto é, que construísse sem ter autorizações para alteração do projecto, que pusesse o edifício à frente dos moradores e iniciasse as negociações a partir daí. -----

----- Entendiam que esse princípio não poderia vigorar, porque, se vigorara no passado e o PS queria ser uma mudança em relação ao passado, poderia começar por rever e por ter uma posição firme em relação às barbaridades que foram cometidas no passado. -----

----- Ainda sobre a questão da transparência e do funcionamento democrático do Executivo, e em particular da Assembleia Municipal, disse que queriam também chamar a atenção para a Moção que apresentaram, no seguimento de que uma outra que também já apresentaram sobre a mesma matéria e que a Assembleia aprovara por unanimidade, para que a cobrança de IMI aos edifícios da Administração Central na Cidade de Lisboa fosse concretizada nas suas conclusões, o que não acontecera até hoje. -----

----- Aliás, já era um pouco mais que um precedente que resoluções que eram aprovadas pela Assembleia Municipal não tivessem seguimento, neste caso da parte da Presidente da Comissão Permanente de Administração e Finanças, o que constituía uma espécie de veto de gaveta que em nada abonava a Presidente dessa Comissão e em nada valorizava o trabalho da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que iniciaram um novo ano político, um novo ano político onde os cidadãos de Lisboa esperavam que a expectativa que lhes foi criada pela actual maioria realizasse obras na cidade, e que se visse uma cidade melhor, uma cidade onde os lisboetas tivessem orgulho de viver e em que se tivesse orgulho de trabalhar. -----

----- Mas ao que assistiam era a uma cidade dia a dia parada e cada dia pior. Uma cidade esburacada, sem espaços verdes, com um trânsito caótico, com prédios a cair, enfim, uma cidade que não tinha a atenção devida por parte do Executivo camarário. -

----- Certamente que no ponto da Ordem de Trabalhos relativo à informação escrita, iriam abordar não aquilo que foi feito pelo Executivo mas aquilo que o Executivo se comprometera a fazer e que durante o período em análise não fizera. E os Deputados Municipais do PS, que durante tanto tempo ali falaram daquilo que consideravam que eram as trapalhadas da direita, que eram as trapalhadas do PSD e do CDS-PP, hoje estavam nas suas sete-quinatas porque tinham ali muitas trapalhadas para falar, só que eram as suas próprias trapalhadas, as trapalhadas do PS. -----

----- Começando pelo QREN, disse que a Assembleia Municipal se vira confrontada com a aprovação, sem discussão, da Carta Educativa, que recebera minutos antes da reunião plenária se iniciar. Não estava em causa a importância da Carta Educativa, o que estava em causa é que ela foi submetida à Assembleia para ser aprovada, sem discussão, com o argumento da maioria camarária de que ela era fundamental para viabilizar a candidatura ao QREN. -----

----- Mas, pasme-se, em Setembro de 2008 veio-se a saber que a candidatura de Lisboa nem sequer tinha acontecido. -----

----- E, mais grave do que isso, era que se veio a saber que, afinal, a Sra. Vereadora desdramatizava a situação dizendo que isso não tinha prejuízo para a cidade, porque aquilo que não se tinha conseguido na primeira fase iria conseguir-se na segunda. Haveria apenas um atraso e a Câmara não deixaria de cumprir aquilo que eram as obras que estavam incluídas no QREN. -----

----- Isto, disse, era tapar o sol com a peneira porque, além do atraso, o que acontecia era que o projecto que não tinha sido submetido na primeira fase poderia sê-lo na segunda, era certo! Mas esquecia-se, ou queria fazer esquecer a Sra. Vereadora, que os projectos que poderiam ser apresentados na segunda fase já não iriam poder ser porque nessa segunda fase iriam ser apresentados os projectos que na primeira fase não deram entrada. Portanto, Lisboa ficava sempre prejudicada porque havia uma fase desse benefício que não era concedida. -----

----- E depois dizia-se uma outra coisa espantosa. “São só 800 mil euros! Na minha perspectiva se calhar só um projecto é que seria aprovado, portanto são só 800 mil euros!”. Para quem durante um ano e vários meses andara a dizer, na Assembleia

Municipal, que a Câmara não tinha dinheiro para as Juntas, para a educação, para o desporto, para os espaços verdes, afinal 800 mil euros não era nada! A Câmara tinha 800 mil euros para repor e para avançar para aquilo que não ia receber do QREN? -----
----- Isso levava-os a uma conclusão: ou o estado financeiro da Câmara não era assim tão mau, ou então, afinal, a tão má gestão do PSD e do CDS-PP ainda deixara à actual maioria 800 mil euros para poderem adiantar para o buraco que foi a operação do projecto QREN. -----

----- E mais, os Deputados Municipais e os Vereadores do PS passavam a vida a falar do passado, passavam a vida a criticar aquilo que foi a gestão da direita em Lisboa, mas se isto tivesse acontecido na presidência do Dr. Pedro Santana Lopes e na Vereação do Dr. Paulo Portas, já estaria ali o PS em peso, e o Deputado Municipal Miguel Coelho com o dedo em riste, a pedir a demissão do Presidente da Câmara, porque tinha sido uma falha, porque o Dr. Pedro Santana Lopes não sabia o que fazia, porque o Dr. Paulo Portas não sabia o que fazia. Agora, como foi o PS já não era uma trapalhada, era um erro, iam esperar pelos resultados do inquérito! Era isso que distinguia, era isso que os lisboetas avaliavam, o que se dizia quando se estava na oposição, e o que se dizia quando se estava no poder. -----

----- Mas as trapalhadas não se ficavam por aí. As trapalhadas ficavam também pela própria gestão de coligações que o Sr. Presidente António Costa pretendia para a Cidade de Lisboa. Inicialmente o *slogan* era “O Zé faz falta”, e o Zé não fazia falta a Lisboa, achava o CDS-PP, o Zé fazia falta era ao PS. Agora já não era o Zé que fazia falta, agora era o Movimento de Cidadãos por Lisboa que fazia falta! -----

----- Só que, dois avisos: o primeiro, para o BE e para o Sr. Vereador Sá Fernandes, que tivessem cuidado porque estavam a ser postos de lado; o segundo, para o próprio Presidente da Câmara, para que tivesse em atenção com quem se coligava, porque em 7 de Julho de 2008, a Sra. Vereadora Helena Roseta dizia ao jornal 24 Horas, citou: “A palavra que melhor define este ano é ineficácia, não há resultados, estou muito insatisfeita”. Ora, era essa Sra. Vereadora que agora fazia parte do projecto do PS e do BE para a Câmara Municipal de Lisboa, a mesma Vereadora que há dois meses atrás, já no âmbito das negociações que decorriam desde Maio, criticava a gestão do Dr. António Costa. -----

----- Sobre as recomendações apresentadas pelo seu Grupo Municipal, começou pela referente ao desporto dizendo que a apresentavam porque o desporto em Lisboa estava parado. E se a actual maioria tanto gostava de comparar a sua gestão com o passado, desafiava a que comparassem com aquilo que era a actividade desportiva no tempo da coligação de direita com aquilo que era a gestão desportiva actualmente. Não havia actividades permanentes, não existiam actividades na Câmara na área do desporto, pelo que o CDS-PP entendia que a Câmara deveria tomar a iniciativa de realizar essas actividades desportivas. Daí terem indicado os Jogos Desportivos de Lisboa. Poderiam ser esses ou outra coisa qualquer, o que teria era que se fazer algo que incentivasse a prática do desporto e levasse à realização de iniciativas pela própria Câmara Municipal. -----

----- No tocante à Recomendação sobre o estado das passadeiras em Lisboa, disse que foi anunciado, com toda a pompa e circunstância e com todo o mediatismo a que o PS já os habituara, uma ou duas semanas depois do Sr. Presidente da Câmara ter tomado posse, que as passadeiras de Lisboa, junto às escolas, iriam ser todas pintadas, mas o facto era que um ano, um mês e quinze dias depois do Sr. Presidente da Câmara ter tomado posse, não só as passadeiras junto às escolas não foram pintadas, como também aquelas que não estavam junto das escolas estavam completamente apagadas, constituindo um perigo para quem atravessava as ruas. -----

----- Por isso, até para que não voltasse a acontecer aquilo que acontecera no Lumiar, chamavam a atenção do Sr. Presidente da Câmara para que diligenciasse imediatamente junto dos serviços no sentido de ser feita uma recuperação total das passadeiras em Lisboa. Não estavam a pedir nada, estavam apenas a pedir que cumprisse aquilo que prometera e que não realizara. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que as recomendações que “Os Verdes” apresentaram hoje, para apreciação e votação do Plenário, resultavam da inexplicável inacção da Câmara Municipal de Lisboa. --

----- No caso das instalações camarárias sitas na zona central do Jardim do Campo Grande, onde diariamente trabalhavam três dezenas de jardineiros da autarquia, esse local, que comportava, para além de balneários, vestiários e arrecadações podres, encontra-se num deplorável estado de degradação, com paredes rachadas e cobertura em chapas, suportadas por tijolos, num conjunto que ameaça derrocada iminente. -----

----- Preocupante era o facto desse local, situado num dos mais frondosos espaços verdes da cidade, servir também de armazenamento de bilhas e depósito de líquidos inflamáveis, pondo não apenas todo esse conjunto em causa, como o bem-estar dos trabalhadores e a segurança dos munícipes que utilizam o jardim. -----

----- Mas o mais grave era que a Câmara desde há meses que conhecia essa situação, já que, após uma vistoria ao local, a Autoridade governamental para as Condições do Trabalho elaborara um parecer – que tinha na sua posse – sobre a saúde, a segurança e a higiene daqueles postos de trabalho, tendo de seguida dirigido uma notificação ao Sr. Presidente da Câmara confirmando todas essas deficiências e dando um prazo de 120 dias para a Câmara proceder às sugeridas reparações. -----

----- E como a Câmara não avançara com qualquer medida de recuperação naquela área, “Os Verdes” instigavam-na, agora, a reavaliar as condições de saúde, higiene e condições de trabalho, reabilitando, a curto prazo, os referidos equipamentos, bem como a incluir no Plano de Actividades e Orçamento do Município para 2009, um projecto de renovação daquelas instalações municipais. -----

----- Outra das recomendações relacionava-se com o elevado grau de abandono de alguns espaços verdes da cidade e de o Vereador do Pelouro ter recentemente referido o motivo da escassez de mão-de-obra de operários qualificados, como impeditiva e condicionante para uma correcta gestão e manutenção dos mesmos,

através dos meios humanos da Câmara, procurando assim, em parte, justificar a abertura de concursos externos. -----

----- O Sr. Vereador argumentou inclusive que o Município só possuía um total de 174 jardineiros, pelo que, na altura, o Grupo Municipal de “Os Verdes” sugerira que a Câmara procedesse então à integração de novos operários nessas funções. ----

----- E situação semelhante acontecia com a necessidade de reparação do espaço público, mais concretamente dos passeios e outras zonas pedonais da capital. -----

----- Disse que o actual panorama dessas profissões da Câmara era o seguinte: a carreira de jardineiros previa uma dotação de 428 encarregados e operários, mas apenas tinha, para os espaços verdes de toda a cidade, 290 efectivos, dos quais, segundo o Sr. Vereador, apenas 174 aptos para as tarefas em causa, mantendo-se 138 vagas por preencher. Por seu turno, a carreira de calceteiros, de uma dotação de 42 encarregados e operários, tinha apenas 22 efectivos no quadro; logo, 20 vagas por preencher. -----

----- Mas o mais preocupante era o facto de, em 2002, ter sido cancelado um concurso para a entrada de 150 novos jardineiros para o quadro municipal. E os últimos concursos, entretanto abertos para ambas as carreiras, dataram de 2004, mas com a agravante de ambos terem sido revogados. -----

----- Mais espantoso ainda era o Município de Lisboa, nas palavras do Sr. Vereador dos Espaços Verdes, que corroboravam, possuir uma das melhores escolas de formação de jardineiros e calceteiros do País, situada na Quinta Conde de Arcos, criada pela preocupação e necessidade da Câmara em periodicamente renovar os seus efectivos, mas cujas condições de trabalho apresentavam alguns problemas nas suas instalações, como sejam, no pavimento, no aquecimento e na rede informática, tendo presentemente os próprios alunos de tomar banho em contentores. -----

----- Não deixava de ser estranho que a mesma Câmara, que realizava este importante investimento em formação, não integrasse esses profissionais nos seus quadros, constatando depois a falta de recursos humanos, não substituindo os que se reformavam, sendo raros os que a escola formava e ficavam a trabalhar na autarquia, pois logo eram aliciados por outras empresas, ficando os viveiros e espaços verdes da cidade a sobreviver da boa vontade dos poucos funcionários que aí trabalhavam. -----

----- E para agravar a situação, a Câmara optava depois, preocupantemente, por concursos externos de adjudicação de serviços, à custa dos impostos dos munícipes. -----

----- Por isso, “Os Verdes” pretendiam, com essa Recomendação, que a Câmara preconizasse no Plano de Actividades e no Orçamento para 2009 o preenchimento dos quadros de pessoal de jardineiros e calceteiros, uma vez que estes representavam recursos humanos indispensáveis a uma gestão pública dos viveiros e espaços verdes da Cidade de Lisboa, recursos que estavam, simultaneamente, a ser ao mesmo tempo formados e desperdiçados pelo Executivo camarário. -----

----- Na sua terceira Recomendação, “Os Verdes” recordavam que o Conselho Municipal de Segurança de Lisboa foi formalmente constituído, na Assembleia Municipal, em Março de 2006, mas desde então, inexplicavelmente, nunca reunira.

----- Sendo uma entidade com funções de natureza consultiva e que visava promover a articulação, troca de informações e cooperação na área do Município, o Conselho tinha prevista intervenção na área da prevenção, na garantia da inserção social e da segurança e tranquilidade das populações. -----

----- Aliás, o próprio Governo começara agora a assinar Contratos Locais de Segurança que abrangiam as áreas da violência doméstica, os comportamentos anti-sociais e outros fenómenos de insegurança e sobre os quais o Conselho Municipal se poderia pronunciar. -----

----- Por isso “Os Verdes” recomendavam que, até ao final do ano corrente, a Câmara reunisse o Conselho Municipal de Segurança e apresentasse à Assembleia Municipal propostas, quer de segurança pública e rodoviária, quer de medidas concretas de combate à exclusão social. -----

----- Quanto às restantes moções e recomendações, disse que, no caso da Recomendação n.º 11, tinham a ideia de propor ao Plenário que, à semelhança da Moção n.º 10, dos mesmos autores, ela baixasse à Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, onde lá entrara, na semana passada, um pedido de audiência dos moradores do Alto dos Moinhos e porque a sua votação agora seria extemporânea. A Conferência de Representantes já deliberara, entretanto, fazê-lo hoje. -----

----- Quanto à recomendação n.º 2, referente ao Centro de Saúde do Lumiar, disse que o Sr. Presidente da Junta do Lumiar, deveria ter informado que têm sido os eleitos na Assembleia de Freguesia, e mais concretamente os da CDU, quem desde há vários anos têm mantido na ordem do dia a questão da falta de meios e recursos humanos no Centro de Saúde. O problema da falta de médicos para mais de 18.675 utentes é de tal ordem preocupante, que os munícipes da Ameixoeira, Charneca e Lumiar estavam neste momento em fase de constituição de uma Comissão de Utentes da Saúde, com base na Lei n.º 44/2005, tendo posto entretanto a circular um abaixo-assinado. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Saldanha Serra fizera ali um retrato bem claro, elucidativo e bem desenvolvido, do que era a Câmara Municipal de Lisboa neste mandato, fazendo uma clara análise sobre tudo aquilo que tem sido o não cumprimento das muitas promessas que a Câmara fizera durante toda a campanha eleitoral. -----

----- Referiu que quando o Dr. António Costa se apresentara como candidato à Câmara Municipal de Lisboa, a voz mais ou menos corrente em todas as áreas políticas era que o Dr. António Costa era um bom candidato à Câmara, tinha um passado que o recomendava, tinha influência junto do partido do Governo, tinha um conjunto de capacidades que de facto demonstravam que era um belíssimo candidato à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E a prova é que os lisboetas lhe deram a confiança de o eleger. Mas nem sempre os bons candidatos eram bons presidentes, e este era um caso exemplar em que um bom candidato se transformava num mau Presidente quando era posto em frente das

situações concretas que tinha que resolver no dia-a-dia. Portanto, estavam em presença de uma pessoa que foi um bom candidato e que é um mau Presidente. -----

----- Depois, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho, seguira, mais uma vez, a sua forma de estar e de se pronunciar na Assembleia Municipal, pois se verificassem todas as intervenções que ele tem feito ao longo dos anos, mesmo quando era da oposição, viam que era sempre a virar ao contrário, e agora foi exactamente a mesma coisa. Uma intervenção ligeira, sem profundidade, sem análise dos problemas, completamente demagoga, e apenas igual a si próprio como sempre. -----

----- Por exemplo, o Deputado Municipal Miguel Coelho, no tocante àquilo que foi ali referido e que estava na Moção do PSD relativamente à Carta Educativa e ao QREN, referira que não havia prejuízo nenhum, que nenhuma criança iria ser prejudicada, que as escolas iriam funcionar. Mas queriam ouvir isso ali, hoje, pela voz da Sra. Vereadora Rosalia Vargas, porque a Moção do PSD exigia que ela se explicasse perante a Assembleia. De facto a Sra. Vereadora foi à Comissão e dera lá as explicações que entendera dar, mas a Assembleia era o local exacto onde a Sra. Vereadora teria que se explicar, porque aguardavam com ansiedade a sua explicação. -

----- Mas que não lhe dissessem que não havia prejuízo, porque se não havia prejuízo cabia perguntar então qual o interesse da pressa na aprovação da Carta Educativa. Aliás, foi o PSD que tomara a iniciativa de solicitar aos outros Grupos Municipais que condescendessem na votação e aprovação da Carta Educativa, porque o Sr. Presidente da Câmara manifestara, claramente, haver um prejuízo efectivo se ela não fosse aprovada. -----

----- Recordou que o Sr. Presidente da Câmara até disse “agora podem-me bater à vontade, porque depois desta até nem me importo que me batam”. E de facto tinham que bater mesmo! Tinham que bater porque, apesar disso, o problema manteve-se. E que não viessem com o problema da incapacidade ou defeito dos serviços, porque uma situação destas, como foi dito pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, deveria ser seguida ao milímetro pela Vereadora e pelo Presidente. Também ele próprio já foi Vereador, teve muitas responsabilidades como outros Vereadores tiveram, e seguiam sempre ao milímetro as questões que tinham para resolver, e se alguém não o fazia era irresponsável. Pese a simpatia, pese a amabilidade que às vezes pudessem ter pelas pessoas, era irresponsabilidade. -----

----- Por outro lado, que não viessem também argumentar que havia uma segunda candidatura e que se ia recuperar, porque era um facto que não se recuperava. A Câmara foi prejudicada não só em termos financeiros como também em termos da sua credibilidade perante os lisboetas e perante o Ministério. -----

----- Era esta a Câmara presidida pelo Dr. António Costa, que com a reputação toda que ele tinha, fazia estas trapalhadas sem limite! -----

----- Em relação ao edifício da Cofina, disse que estiveram ali os moradores a referir-se ao assunto, como, aliás, já se referiram noutras ocasiões. Ele próprio, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo, recebera representantes da Comissão de Moradores, e agendaria, muito brevemente, uma reunião da Comissão Permanente de Urbanismo com representantes da Comissão de Moradores e também

com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, porque achava que ele deveria estar presente nessa reunião. -----

----- O problema que se punha nesta matéria era um problema de responsabilidade de uma Câmara, o problema das garantias que os munícipes tinham que ter, porque era inadmissível que um munícipe que comprava um andar num determinado tipo de situação, passado uns tempos visse o seu património diminuído em mais de 50%. Que se responsabilizasse a Câmara! Houve erros no passado? Que se responsabilizassem por esses erros! O PSD, no tempo do Prof. Carmona Rodrigues, pedira um inquérito ao urbanismo, exactamente para se responsabilizar quem devia ser responsabilizado. --

----- Agora, não podia o Sr. Vereador Manuel Salgado, perante uma informação da Polícia Municipal a dizer que aquele prédio devia ser embargado, numa altura em que se o embargo fosse executado e a obra parada poderia eventualmente não causar prejuízo aos munícipes, no mesmo dia, ou dia seguinte, aprovar as alterações que a Cofina lhe apresentara. Mas o que era isso? Não se via logo, perante o crescer do edifício, que os pobres desgraçados que tinham comprado aqueles andares ficavam emparedados? Não se viu isso na reunião de Câmara onde isso foi apresentado? De que era que estavam à espera? Não havia soluções? Claro que há soluções para tudo! -

----- Aliás, a primeira responsabilidade que tinham era proteger os interesses e os direitos dos munícipes que ali representavam. E neste caso não bastava dizer que era uma trapalhada ou uma enormidade urbanística, o que era preciso era actuar, e actuar já, não tinham que esperar para amanhã. -----

----- Disse que a Comissão Permanente de Urbanismo esperava reunir com os membros da Comissão de Moradores, esperava indicar formas e meios para resolver esse problema, e esperava a cooperação dos Deputados Municipais do PS, na Comissão, para chegarem a esse desiderato. -----

----- Sobre a Moção relativa ao Bairro Alto, por si subscrita, disse que no mandato anterior o PSD foi amplamente crítico em relação à situação de algumas paredes de Lisboa, nomeadamente no Bairro Alto, e também ali apresentaram moções que de certa forma criticavam a Câmara nessa altura, por força de alguma inépcia que se verificava relativamente à limpeza das paredes, grafites e tudo aquilo que sujava a cidade e a transformava numa cidade do terceiro mundo. -----

----- No Bairro Alto e nalguns pontos da cidade houve uma intervenção, na sequência dessa Moção, da autoria do Vereador responsável pelo Pelouro do Espaços Verdes. Mas o que era que acontecia actualmente no Bairro Alto? Teve o cuidado de lá ir fazer uma visita e tirar algumas fotografias, que naturalmente entregara aos Srs. Deputados Municipais, onde se verificavam as situações que pelas mesmas fotografias poderiam verificar. -----

----- Por exemplo, o edifício propriedade da Junta de Freguesia da Encarnação era o que estava mais vandalizado. Mas depois, se tivessem o cuidado de analisar as fotografias, o que viam, naquela amálgama de cartazes uns sobre os outros, eram cartazes do BE. Ou seja, o Bairro Alto estava cheio de cartazes do BE! Estava cheio de cartazes da força política que tinha a responsabilidade do Ambiente, Espaços Verdes e Plano Verde! Não podia ser, as fotografias deviam estar erradas, devia ter

sido o Victor Gonçalves que foi lá pôr os cartazes só para dizer que as paredes do Bairro Alto tinham cartazes do BE. -----

----- De facto, o BE, que tinha uma coligação com o Sr. Presidente da Câmara, e a quem ele transmitira, através do Vereador Sá Fernandes, a responsabilidade pelo Pelouro dos Espaços Verdes, era o responsável pela maioria da sujidade, já não dizia dos grafites, que estava no Bairro Alto. Portanto, era urgente um plano de salvaguarda para o Bairro Alto. Esperava que a Moção fosse aprovada, e que a Câmara tomasse boa nota daquilo que nela era solicitado. -----

----- Seguidamente, referiu que o Sr. Presidente da Câmara tinha toda a simpatia pessoal do PSD, porque era uma pessoa simpática, uma pessoa agradável e foi um candidato que reconheceram como um bom candidato, mas tinham todos que reconhecer igualmente que o Sr. Presidente da Câmara se revelara um mau Presidente, e muita da sua equipa também não lhes merecia grande confiança. -----

----- Por fim, disse que mais uma vez o Deputado Municipal Miguel Coelho ali afirmara, peremptoriamente, que não houve eleições para a Assembleia Municipal e que a actual Assembleia Municipal não representava a cidade, ao que respondia que ainda bem que não tinha havido eleições. Senão que imaginassem com estes Deputados Municipais do PS, que não faziam absolutamente nada, que não apresentavam moções nem recomendações, que não reuniam as Comissões de que eram Presidentes, como seria a Assembleia Municipal sem o PSD. Recordou que já disseram na última Sessão que o PS não trabalhava, e mesmo o Deputado Municipal Miguel Coelho repetia-se todas as vezes. Só se repetia, era de uma demagogia que não tinha limite, e se calhar agora ia fazer o mesmo a seguir a esta sua intervenção. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para pedir um esclarecimento, depois de referir que achava deselegante a referência do Deputado Municipal Victor Gonçalves aos trabalhos em Comissões, perguntou-lhe se estava em condições de informar, porque sabia onde queria atingir, quantas vezes reunira a Comissão Permanente de Finanças e quantas vezes reunira, por exemplo, a Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, aludindo à Moção n.º 4, apresentada pelo PSD, sobre a frente ribeirinha, disse que ela reconhecia a possibilidade da autarquia poder finalmente intervir na zona ribeirinha da Cidade de Lisboa, pelo que agradeciam ao PSD que viesse lembrar à Assembleia Municipal dessa possibilidade, criada por acção do PS, por iniciativa do PS e por mérito do PS. --

----- Era um desiderato que há muito constava dos programas eleitorais de todos os partidos em sucessivas eleições, mas só agora foi possível avançar nessa matéria, graças ao PS. -----

----- Essa era uma Moção que procurava mistificar a intervenção da Câmara na zona ribeirinha, estabelecendo uma certa confusão entre o que era intervenção da Câmara e o que era intervenção do Governo. -----

----- Não reconhecendo ao PSD tantos talentos que eram referidos em termos de planeamento da zona ribeirinha, lamentava o PS que o PSD não tivesse feito uso deles, admitindo que os tinha, nos seis anos em que assumira os destinos da autarquia.

----- Referia o PSD na Moção a forma insensata e perdulária com que o PS geria os dinheiros públicos, pelo que sublinhavam que o PSD, um ano depois de ter perdido as eleições e ter deixado a Câmara numa situação calamitosa, reconhecida na Moção pelo PSD, já assumia uma postura de quem nada tivera a ver com um passado bem recente e procurava alijar responsabilidades, um prenúncio do comportamento que queria adoptar no período eleitoral que se avizinhava. -----

----- O PS entendia que algumas das questões suscitadas na Moção em causa podiam ter sido colocadas na Comissão de Acompanhamento da Intervenção na Zona Ribeirinha, presidida pelo PSD, onde foram escutadas diversas entidades e à qual se deslocaram o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Manuel Salgado. Numa reunião da referida Comissão, realizada no mês de Julho passado, foram explicitadas, pelo Sr. Vereador Manuel Salgado, as fontes de financiamento para as intervenções que irão ser feitas. -----

----- Por último, disse que pretendia sublinhar a linguagem que entendiam pouco respeitosa no que tocava ao tratamento de membros do Governo, designadamente os Senhores Ministros da Economia e Obras Públicas, titulares de órgãos de soberania que mereciam o respeito da Assembleia Municipal e de todos os seus membros, concordasse-se ou não com eles. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que a questão de reabilitação do Bairro da Liberdade se arrastava desde 2001, sem solução. O PCP sempre pugnara para que este problema fosse correcta e atempadamente resolvido. -----

----- Lembrou que, com esse objectivo, ele próprio e outros camaradas, visitaram várias vezes o Bairro e apresentaram na Assembleia Municipal, em 18 de Abril de 2006, uma Moção em que se pedia à Câmara, citou, “*Que dê a conhecer à Assembleia Municipal a Proposta Preliminar do Plano de Pormenor do Bairro da Liberdade e da Serafina*” e ainda “*Que informe as medidas que irá tomar para ouvir as populações interessadas sobre esta matéria*”. E a resposta que obtivera do PSD causara-lhe a maior surpresa, até porque tinha sido ele o seu autor, foi o chumbo de dois dos três pontos da Moção, entre os quais o que acabava de citar, o que pedia para ouvir as populações. -----

----- Portanto, a responsabilidade do atraso cabia inteiramente aos dois últimos Executivos do PSD. -----

----- Mais recentemente, em Julho passado, os Vereadores do PCP requereram informação do Sr. Presidente da Câmara relativa ao ponto da situação de elaboração dos planos de pormenor do Bairro da Liberdade e da Serafina, e também não tiveram qualquer resposta. -----

----- A Câmara queria, agora, resolver o problema, e nisso, obviamente, estavam de acordo. -----

----- Sabiam que dada a insegurança da encosta era preciso proceder à demolição de algumas casas cujos moradores corriam maior perigo, mas discordavam da forma como se dera início ao processo. A decisão que o PS tomara ao informar os moradores da sua intenção de proceder ao seu desalojamento, num prazo de 60 dias, para

desocupação da encosta, sem antes estabelecer o diálogo com eles e sem lhes dar qualquer perspectiva de realojamento, merecia a reprovação do PCP. -----

----- O PS estava há um ano à frente da Câmara, e ao tomar essa medida sem que tivesse estabelecido o diálogo com a população do Bairro, teria de assumir a responsabilidade política das consequências sociais dessa decisão, que poderiam ser graves. Com efeito as condições de vida de muitos dos residentes eram precárias, já que alguns eram idosos e com problemas de mobilidade. -----

----- Por outro lado, essa desocupação era uma medida avulsa que não podia ser desligada da conclusão do Plano de Pormenor para a reabilitação do Bairro da Liberdade e da Serafina, por forma a garantir a programação, o financiamento das acções para esse efeito e o realojamento da população. -----

----- Nessas circunstâncias, o PCP, a fim de ajudar a resolver o problema, apresentava uma recomendação, que tinha dois pontos fundamentalmente: -----

----- Primeiro, garantir as alternativas de realojamento dos moradores que habitavam casas de maior risco. Isto de imediato. -----

----- Segundo, que se retomasse a tramitação normal do plano de pormenor aprovado para o local, e sobretudo se estabelecesse um diálogo com a população para que houvesse um programa de actuação com acções e calendarização coerentes, com vista a garantir a segurança e o realojamento dos moradores do Bairro da Liberdade. -----

----- Concluiu dizendo que esperavam que a Recomendação fosse aprovada, por unanimidade. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que ia falar, sobretudo, da Recomendação que apresentaram sobre a ocupação do espaço público, por alegadas razões de segurança, junto a algumas embaixadas, em Lisboa. --

----- Antes, porém, pretendia sublinhar a natureza rocambolesca da intervenção do Deputado Municipal Victor Gonçalves, que, com o seu estilo peculiar, ali responsabilizara o BE pelo ar pouco digno com que a cidade estava a ser tratada, por alegadamente terem colocado alguns cartazes em zonas públicas do Bairro Alto. -----

----- De facto, faziam muito mais moça à Cidade de Lisboa os mamarrachos e as trapalhadas que o PSD, enquanto tivera a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, fizera à cidade durante anos a fio, do que a colagem de alguns cartazes que, infelizmente, parecia ser só apanágio de alguns partidos na Cidade de Lisboa. Os cartazes, como era sabido, era uma forma de expressão política dos partidos, ao alcance de qualquer partido, e certamente o Deputado Municipal Victor Gonçalves calhara passar naquele dia quando ainda não estavam anunciados a quantidade de concertos que aconteciam em Lisboa, porque relativamente a esses é que era uma profusão de cartazes colados em tudo quanto era sítio. -----

----- Portanto, desse ponto de vista, não era o BE o principal mau da fita nessa história dos cartazes colados nas paredes. E, pelo contrário, reclamavam a continuação do exercício desse direito, como aspecto indispensável de exercício dos direitos democráticos de expressão, de organização e de manifestação dos partidos políticos na sociedade do pós 25 de Abril. Aliás, não tinham saudades de antes do 25 de Abril

não se poderem colar cartazes nas paredes, ao contrário do que o Deputado Municipal Victor Gonçalves podia sugerir na sua intervenção. -----

----- Sobre a Recomendação relativa à ocupação do espaço público, disse que não podia deixar de referir que a principal defesa da mesma foi feita por uma residente do edifício onde se localiza a Embaixada de Israel, na Rua António Enes, que ali dera um testemunho vivo e detalhado sobre as razões que fundamentavam o facto de uma boa parte dos residentes da zona considerarem que essa Embaixada não deveria continuar naquele lugar. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que neste caso não era um problema de dourar a pílula, de saber quem era que tinha a responsabilidade de definir o normativo de segurança, se cabia a cada Embaixada defini-la em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Era a questão de a Câmara Municipal ter de garantir, à luz das suas competências, o direito de livre circulação em todas as artérias consideradas espaços públicos. Quaisquer medidas de segurança que viessem no sentido de limitar esse exercício de livre circulação, deveriam ser sempre provisórias, nunca tornadas definitivas. Mas aquilo que se passava em frente da Embaixada de Israel eram construções definitivas que invadiam o espaço público e impediam os cidadãos da livre circulação desse espaço. -----

----- Terminou apelando à Assembleia que recomendasse, expressamente, à Câmara Municipal que fossem assegurados os direitos dos cidadãos, particularmente dos residentes que estavam no edifício da Embaixada, mas também daqueles que queriam aceder à mesma área. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, disse que esta sua intervenção se prendia com a Moção n.º 2, apresentada pelo PSD. Ela era muito clara, tanto nos considerandos como na parte deliberativa. Entendiam, porém, que existiam algumas reflexões que mereciam os devidos esclarecimentos. -----

----- Partiam do princípio que a Carta Educativa da Cidade de Lisboa era uma ferramenta indispensável. Indispensável porque permitiria aos decisores políticos concretizar dois vectores fundamentais: planear soluções que perspectivassem uma melhoria da oferta educativa, tanto em quantidade como em qualidade, e aproveitar a oportunidade para beneficiar de programas de apoio para co-financiar essas mesmas soluções, ajudando, assim, a colmatar eventuais limitações financeiras que coarctassem a vontade de investir. -----

----- Disse que a Carta Educativa apresentada na Assembleia tinha como principal lacuna não concretizar o primeiro vector, ou seja, não perspectivava soluções em função da evolução da cidade, não era por isso prospectiva. Assentava na referenciação da situação presente, de uma forma que entendiam exaustiva e consolidada. Não era concretizado esse primeiro vector com o argumento de que mais atrasos poderiam comprometer o segundo vector, esse sim identificado como prioritário, que ficara mais conhecido como a candidatura ao QREN. -----

----- Por madrastra coincidência, no mesmo dia em que o PS fazia sair em alguns órgãos de comunicação social um encarte onde o Sr. Presidente da Câmara propagandeava a educação como principal prioridade, a Vereadora com o Pelouro

recebia informação de que não existia nenhuma candidatura da Câmara Municipal de Lisboa ao QREN, ou seja, o segundo vector, e razão de tanta pressa, estava comprometido. -----

----- Mesmo assim, só um mês depois é que esse facto foi tomado público. Os lisboetas, ainda incrédulos, assistiram a um conjunto de manobras de desdramatização que eram, obviamente, incoerentes com o drama à volta dos prazos de candidatura, que tinha sido criado para justificar a suposta urgência da aprovação da Carta Educativa. Por isso, ou a Sra. Vereadora ao dramatizar faltara à verdade na Assembleia Municipal, em Fevereiro, ou a Sra. Vereadora ao desdramatizar faltava agora à verdade. -----

----- É porque se não era urgente e podiam apresentar candidaturas em segunda fase, porque era que se aprovara à pressa esse documento fundamental? Era só para dizer que o tinham feito? -----

----- Da mesma maneira não compreendiam porque foi que não se aproveitaram esses meses, depois da aprovação do documento, para trabalhar nas suas lacunas e apresentarem agora melhoramentos! -----

----- Assim, se a Carta Educativa era de facto uma prioridade, devia ser dada relevância aos contributos presentes nesta Moção, bem como aos do relatório da Comissão de Educação, Desporto e Juventude. -----

----- Disse, ainda, que eram conhecedores que um dos Pelouros que também estava sob a sua alçada era o da Cultura e que foi assinado um acordo de colaboração com uma das forças políticas representadas no Executivo, atribuindo um projecto muito importante dessa área a uma das Vereadoras dessa outra força política. Poderia isso significar uma maior disponibilidade do Executivo PS à prioridade que era a educação? -----

----- Ou esse acordo iria ficar conhecido apenas como o acordo que viabilizara a obra do Largo do Rato? -----

----- **A Deputada Municipal Alexandra Figueira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que era sempre gratificante poder partilhar boas notícias. Fazia exactamente amanhã um ano que a Junta de Freguesia da Encarnação começara a trabalhar em parceria com vários serviços da Câmara Municipal, Governo Civil, PSP, Ministério Público e o Sr. Presidente da Câmara, que sempre dirigira as reuniões. -----

----- E porquê? Porque o actual Executivo camarário, como nenhum outro num passado mais recente, reconhecia que o Bairro Alto tinha uma história e uma existência que lhe conferia uma identidade própria, merecendo que lhe garantissem dignidade, importância e direito de existir. Foi, mais recentemente, transformado por alguns em galinha dos ovos de ouro, mas todos sabiam como acabara a galinha. -----

----- Disse que no Bairro Alto não podiam confundir falta de segurança com o que na realidade era um total desordenamento do território. Dando um exemplo prático, disse que as leis que estavam em vigor em todo o País eram pelas autoridades interpretadas de forma diferente quando se tratava de as aplicar nesse bairro, como era o caso da Lei do Ruído, que em nada servia quando à porta de cada um tocavam tambores toda

a madrugada, ou até o Código da Estrada que determinava que as viaturas não podiam estacionar a menos de cinco metros das curvas, mas as esplanadas podiam. -----

----- A pergunta que se impunha fazer em relação à presente situação é como era possível que a PSP respondesse aos moradores, que justificadamente se queixavam, que não tinha efectivos para intervir, mas pagos já tinha. -----

----- O Bairro Alto não era a Feira Popular, essa já não existia, nem podia pretender-se que a substitui-se. É uma zona residencial com população. Era verdade que o Bairro Alto é boémio e esperavam que assim continuasse, mas não resistiria a continuados ataques selvagens e destruidores de tudo, a qualquer preço ou custo, para defender interesses particulares de cerveja a 50 cêntimos. Era verdade que sempre foi tolerante, mas, para isso, não teria que ser vandalizado, estropiado ou enxovalhado. -----

----- Então, outra pergunta se impunha. Se toda a gente valorizava tanto esse património turístico, por que era que os seus visitantes não se inibiam de destruir as paredes, cantarias e azulejos com *tags* e cartazes? Por que era que partiam as portas dos edifícios, alguns deles já recuperados, aos pontapés, dobravam os sinais de trânsito, urinavam abundantemente contra as paredes e esquinas, e espalhavam lixo pelas ruas? -----

----- A propósito de lixo, disse que o Bairro Alto tinha duas recolhas de lixo, indiferenciado, diárias, destinadas aos moradores, várias recolhas diárias de diferenciados, destinadas aos comerciantes: papel, vidro e orgânicos, duas lavagens semanais, e uma carrinha todo o dia que recolhia outros lixos. -----

----- Se os visitantes não ajudassem, de forma muito activa e pouco respeitosa, a produzir as 40 toneladas de lixo dos fins-de-semana, com os copos e as garrafas de vidro que lançavam para a calçada, esse esforço dos serviços de Higiene Urbana da Câmara seriam suficientes para ter as ruas a brilhar. -----

----- Falando dos resultados das reuniões de trabalho com as entidades já referidas, disse que a Câmara Municipal anunciaria, em breve, aquilo que o Sr. Presidente denominara “Projecto Bairro Alto”. Já foi noticiado na comunicação social a reparação e respectiva limpeza das fachadas das ruas do Norte e Misericórdia, Travessa da Espera e Largo do Camões, com divulgação, apoio técnico e distribuição de *kits* de limpeza a quem quisesse associar-se a essa iniciativa alargando o seu impacto. -----

----- As experiências com a nova iluminação já começaram numa artéria do bairro e os resultados eram animadores. Os horários dos estabelecimentos de restauração seriam harmonizados com os interesses dos moradores, e o seu efectivo direito ao descanso e à saúde, e estavam encontradas soluções alternativas às fachadas dos edifícios para a expressão de grafites e colagem de cartazes. -----

----- Mas terminava com dois aspectos positivos. -----

----- Primeiro aspecto positivo: o edifício da Junta de Freguesia era propriedade privada, não pertencendo nem à Junta, nem à Câmara. Não tinham instalações cedidas por nenhuma entidade, pagavam renda ao senhorio todos os meses. -----

----- Segundo aspecto positivo: o Jardim de São Pedro de Alcântara lá estava exibindo todo o seu garbo, sendo considerado por muitos especialistas o miradouro mais bonito

da Cidade de Lisboa, demonstrando, de forma inequívoca, ser possível ter êxito no objectivo de se manter seguro, agradável e limpo. -----

----- Por isto tudo e muito mais, o PS votaria contra a Moção do PSD, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, disse que estava seguro que entre as mais significativas acções e contribuições que a Assembleia Municipal prestara à cidade e aos cidadãos de Lisboa no ano que decorrerá, avultava, de facto, o estabelecimento da estrutura ecológica municipal, Plano Verde. -----

----- O estabelecimento dessa estrutura ecológica foi aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal, e nesse processo foi determinante a acção da Comissão de Acompanhamento do PDM e da Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida na apreciação e condicionamento das medidas cautelares preventivas apresentadas pelos serviços da Câmara. -----

----- Entre outras, era notável a conclusão de que nunca deveriam ser autorizadas quaisquer operações urbanísticas que, directa ou indirectamente, comprometessem a continuidade da estrutura ecológica municipal e seus espaços verdes, sendo que desse contínuo faziam parte integrante os jardins históricos espalhados pela cidade, qualquer que fosse a sua condição face à titularidade. -----

----- Disse que a encosta da Lapa e dos Prazeres tinha alguns jardins privados, pequenos, razoavelmente cuidados, mas muito poucos jardins com a dimensão crítica suficiente, e esses em evidente perigo de sobrevivência. Bastava ver o mais recente caso de um vasto jardim transformado em estacionamento, com inúmeros pisos, por uma companhia de seguros que recentemente adquirira um prédio vizinho. Perdia-se, assim, um espaço verde aprazível, a sua insubstituível qualidade arquitectónica e qualidade do ar que dele emanava, e ganhava-se o quê? Ganhava-se um *bunker*! Foi isso que se ganhara porque o estacionamento nem sequer era para os moradores, era para a própria companhia de seguros. Portanto, uma perda absolutamente irreparável para a cidade. -----

----- Desde o século XVIII existia, porém, o que não hesitavam em designar por espaço de excepção, o jardim e residência da antiga Delegação Britânica, hoje abandonado a promotores imobiliários que, por forma que aliás era respeitável, pretendiam retirar desse investimento o maior lucro possível, mas esse investimento teria com certeza a ausência de qualquer consideração de carácter cultural e histórico. -----

----- Esse jardim tinha mais de seis mil metros quadrados, com exemplares botânicos raros e únicos, alguns advenientes de zonas longínquas que foram trazidos para Lisboa, tinha um sentido histórico enorme por tudo o que ali acontecera, desde a vinda dos diversos soberanos britânicos e outros dignitários do país aliado, que fizeram reuniões contínuas e históricas no seu interior. Por exemplo, o projecto de rendição da Itália na II Guerra Mundial foi assinado nesse local. -----

----- Portanto, tinha uma importância histórica enorme e o seu jardim era de qualidade extrema. Eram quase 6.500 m² no coração da Lapa e dos Prazeres, e permitir que

aquilo fosse transformado, metade num *bunker* ou num desenvolvimento qualquer urbanístico, era outra perda irreparável para a cidade. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Roseta**, no uso da palavra, começou por aludir à intervenção do líder da bancada do PSD dizendo que a questão que invocara da Vereadora Helena Roseta e o seu Movimento terem contribuído para chumbar uma proposta do PSD sobre a Baixa-Chiado tinha que ser rectificadora, porquanto não estivera presente na reunião de Câmara em que isso se passara por razões de incompatibilidade, já que, como era do conhecimento da Assembleia, o seu marido era, na altura, Presidente de uma empresa que laborava nessa área. -----

----- Portanto nem sequer pudera estar presente na reunião, a proposta foi apresentada durante a reunião pela Vereadora Margarida Saavedra, uma proposta alternativa à proposta apresentada pelo Vereador Manuel Salgado, que tinha sido discutida com todas as forças políticas e à qual tinham até apresentado uns aditamentos. -----

----- Recordou que a proposta do Vereador Manuel Salgado retomava o projecto da maioria anterior PSD/CDS-PP, portanto era essa proposta extensa, rectificadora nalguns pontos, que estava em cima da mesa, a Vereadora Margarida Saavedra apresentara uma proposta alternativa naquele momento, só se podia votar numa ou noutra, o Movimento dos Cidadãos por Lisboa não é um partido político, não tinham disciplina de voto, todos os seus eleitos eram livres de votar em consciência, o Vereador Manuel João Ramos nem sequer participara na votação porque tivera dúvidas, a Vereadora Manuela Júdice votara a favor da outra proposta, como todos os outros Senhores Vereadores. E o que era estranho é que o PSD só lá tinha a Vereadora Margarida Saavedra, os outros dois Vereadores não contribuíram em nada para a proposta do PSD porque nem sequer lá estavam. -----

----- Era esta a rectificação. -----

----- Passando à questão do acordo, disse que foi feito um acordo de colaboração pelas duas Vereadoras do Movimento com o Sr. Presidente da Câmara, não era uma coligação, uma coligação era outra coisa, era um acordo entre partidos políticos para garantir uma maioria, os movimentos de cidadãos nem sequer podiam participar em coligações, como constava da lei. Era um acordo para duas tarefas específicas, representava uma lógica nova, ela própria tivera ontem o cuidado de o enviar à Sra. Presidente da Assembleia, aos líderes dos Grupos Municipais e aos Presidentes das Juntas de Freguesia, para verem o texto e terem conhecimento dele. -----

----- Havia uma coisa muito importante: esse acordo garantia a total autonomia de voto dos membros que assinaram o acordo, neste caso concreto Helena Roseta e Manuela Júdice, e isso já se confirmara nos debates da última reunião de Câmara onde contribuíram para chumbar algumas propostas que não tiveram maioria. Portanto, querer transformar isso numa coligação era um voto de intenção piedosa do lado dos Deputados Municipais, ou seria outra coisa qualquer. O futuro não se podia desmentir, ver-se-ia na prática para demonstrar que a leitura era excessiva, abusiva e não correspondia àquilo que assinaram. -----

----- Disse que aprendera com um Senhor, que conheceram muito bem, Francisco Sá Carneiro, que não havia co-responsabilidade onde não havia co-decisão. Portanto,

eram responsáveis por aquilo que assinavam e por aquilo que votavam, não eram responsáveis por aquilo que dependia de outros e que não votavam. -----

----- Disse, ainda, que a razão pela qual aceitaram esta tarefa correspondia exactamente ao estado de espírito que ali foi invocado por vários Deputados Municipais. Não estavam satisfeitos com o estado da cidade, só tinham mais um ano, foi-lhes pedida ajuda e iam dá-la porque achavam que Lisboa merecia e precisava dessa ajuda. -----

----- E deixava um exemplo final. Ontem mesmo recebera da EPUL um estudo sobre fogos devolutos na Cidade de Lisboa, um estudo, com data de Outubro de 2007, feito por uma comissão liderada pelo Eng.º Fernando Santo, de quem tinha a honra de ser amiga, que é Bastonário da Ordem dos Engenheiros. Esse estudo ninguém o conhecia na Câmara: o Sr. Presidente não o conhecia, o Sr. Vereador não o conhecia. Isto não era possível! Durante um ano, um estudo sobre um tema importantíssimo para todos, sobre os fogos devolutos, e bem feito, ficara na gaveta! -----

----- Foi por essas e por outras que se dispuseram a dar uma ajuda ao nível da capacidade, competência e disponibilidade que tinham. Iam tentar dá-la pelo interesse da cidade, e lembrando que, segundo a sua interpretação da Lei das Competências, era a Assembleia que poderia aprovar ou chumbar o Plano Local de Habitação. Não haveria Plano Local se Assembleia Municipal entendesse que ele não era útil, não estava bem feito ou não interessava. Portanto, ele viria à Assembleia no princípio, no meio e no fim para a Assembleia o apreciar, e pessoalmente estaria à disposição dos Senhores Deputados Municipais para constantemente o discutir com eles. -----

----- Sem a aprovação da Assembleia não havia Plano, era tão simples quanto isso. ----

----- **A Senhora Presidente** disse que, com toda a consideração que tinha pela Sra. Vereadora, permitia-se referir que não existia só liberdade de voto nos movimentos de cidadãos, existia nos partidos políticos também. Honrava-se de presidir a uma Assembleia onde isso tem sido visível. Esperava que a Sra. Vereadora não lhe levasse a mal, que não enfatizasse isso, mas era bom que isso fosse lembrado. -----

----- **A Senhora Vereadora Rosalia Vargas**, no uso da palavra, começou por referir que era a primeira vez que se dirigia à Assembleia, e por isso cumprimentava especialmente a Sra. Presidente da Mesa e todas as Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Disse, depois, que esperava ter tido oportunidade de ali apresentar um importante documento como era a Carta Educativa, aprovada pela Assembleia Municipal, em Abril. As razões que hoje a levavam a intervir eram diferentes das de então, mas fazia-o agora com igual espírito de determinação e sentido de responsabilidade. -----

----- Na realidade, a primeira fase à candidatura do QREN não foi concluída com êxito, mas passava a mencionar os factos. -----

----- Como era do conhecimento de todos, a Carta Educativa encontrava-se num impasse, sem que tivessem sequer sido cumpridos, entre outros, os compromissos financeiros da Câmara Municipal de Lisboa para com as entidades promotoras dos estudos que fundamentavam esse documento. Regularizara o que estava em falta,

reactivara os trabalhos e determinara a antecipação, em vários meses, da data inicialmente prevista para a sua conclusão. E fizera-o por duas razões. -----

----- Em primeiro lugar, porque era urgente dotar o Município de Lisboa desse importante documento de planeamento e decisão. -----

----- Em segundo lugar, porque essa antecipação, reconhecida-o, era necessária para a candidatura à primeira fase do QREN, o que revelava, claramente, a sua preocupação com esta matéria. -----

----- Por isso, e exactamente porque queriam assegurar a candidatura à primeira fase, foi solicitada a compreensão da Assembleia Municipal para a urgência na aprovação da Carta Educativa. -----

----- Depois, dera instruções ao Departamento de Educação e Juventude para submeter as candidaturas, Departamento esse que tinha na sua posse os necessários instrumentos de formalização: o regulamento, o edital, a *password* de acesso ao sistema, e acompanhara, pessoalmente, o processo de selecção das escolas a candidatar. -----

----- Ao longo do processo foi sendo informada, pelo Sr. Director, que a candidatura estava a decorrer com normalidade, e o mesmo lhe comunicara, finalmente, que a candidatura havia sido concluída com êxito. E essa mesma informação fora também dada, por escrito, pelo Departamento de Educação e Juventude ao Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro. No entanto, no dia 1 de Agosto, tivera conhecimento que tal não acontecera assim. -----

----- Contactara, de imediato, o Sr. Director do Departamento de Educação e Juventude, e recebera relatórios sobre o sucedido, quer dos técnicos envolvidos no processo de candidatura, quer das respectivas chefias. -----

----- Em complemento, e para integral apuramento de responsabilidades, determinada a abertura de um inquérito, que era o procedimento normal em democracia institucional, e assegurava que o resultado teria seguimento e dele seria dado conhecimento à Assembleia Municipal. -----

----- Estes, disse, eram os factos e deles se poderia deduzir a atenção e a prioridade que sempre atribuía a realização das candidaturas ao programa operacional. -----

----- Perante estes factos, assumia a sua responsabilidade. -----

----- No entanto, desejava dizer, perante a Assembleia, que justamente porque sempre atribuía a esta matéria o mais elevado grau de importância, nunca poderia desvalorizar o que acontecera. -----

----- Mas pensava também que era necessário esclarecer quais as consequências para a política de reabilitação da escola pública que estavam a empreender. Esse rumo, traçado no Programa Escola Nova, constituía um programa de expansão e modernização do parque escolar, sem precedentes na história recente da Cidade de Lisboa. -----

----- Pela primeira vez, em décadas, após um diagnóstico exaustivo e rigoroso, estava traçado um plano a quatro anos, que apagava o quadro negro das escolas de Lisboa. O Programa Escola Nova, pela sua importância e significado, não poderia depender, apenas, de uma candidatura desta natureza. O Programa Escola Nova seria um

programa de sucesso, que não reivindicariam para o Executivo mas sim para os milhares de crianças das escolas. -----

----- Disse, ainda, que a política é um serviço responsável da causa pública que tinha que se concentrar no essencial. Era essencial dizer que o programa de reabilitação das escolas de Lisboa não estava comprometido, porque, como já referira, o cumprimento desse programa não poderia depender só desse apoio. -----

----- Quanto às medidas tomadas no presente e para o futuro, reafirmou que os resultados do inquérito em curso teriam sequência naquilo que vier a ser apurado, e disso seria dado conhecimento à Assembleia. E também seriam garantidas as condições para um melhor e maior desempenho, profissionalmente eficaz, dos serviços de Educação e Juventude. -----

----- Por fim, garantiu que não desistiria do compromisso que assumira para com o Executivo no cumprimento do caminho que traçaram, que era dignificar as escolas públicas de Lisboa. -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra, disse que ia falar de números, poderia haver coisas mais simpáticas, mas era o que tinha que fazer. -----

----- Como sabiam, quando foi da negociação do Orçamento, o PSD, e neste caso ele próprio, fizeram uma alteração no Orçamento em que repunham as verbas a atribuir às Juntas de Freguesia ao nível do ano anterior. Este foi um compromisso político assumido pelo Sr. Presidente aquando da discussão do Plano de Saneamento Financeiro, e tivera uma alteração no Orçamento, subscrita pelo Dr. Salter Cid e por ele próprio. -----

----- Acontecia que, depois de se acordar isso, houve necessidade de fazer essa compensação através do complemento do Fundo de Equilíbrio Financeiro, e foram atribuídos, a mais, 912 mil euros às Juntas de Freguesia para encontrar o equilíbrio. ---

----- Na sequência da discussão sobre os espaços verdes, o Sr. Presidente da Câmara comprometera-se a que as Juntas de Freguesia que tendo assinado planos de delegação de competências que envolvessem valores menores, seriam compensadas. --

----- Por acaso havia seis freguesias em que a delegação de competências nos espaços verdes foi superior ao ano anterior, mas nas 53 freguesias existiam muitas em que havia diminuição do valor que foi atribuído nos espaços verdes, e era isso que se propunham compensar. -----

----- Disse que iam honrar o compromisso, fariam numa das próximas reuniões de Câmara uma alteração orçamental, em que reporiam, para toda e cada uma das freguesias, a situação exactamente igual ao ano anterior, e propunha-se fazer esse acerto em Outubro, que seria a última transferência do ano, já que, como sabiam, as transferências eram feitas em quatro prestações. -----

----- Informou que tirando algumas questões patrimoniais que ainda não estavam resolvidas, as duas únicas freguesias que se podiam queixar de o passado ainda não estar resolvido financeiramente, porque havia um conjunto de questões a ser esclarecidas, eram Carnide e São Vicente de Fora, já que todas as outras podiam ter queixas em relação às instalações ou outras coisas, mas do ponto de vista financeiro não tinham nenhuma. -----

----- Portanto, a Câmara honraria os dois compromissos. O primeiro, que as Juntas de Freguesia receberiam em 2008 exactamente o mesmo que receberam em 2007, e, segundo, que as Juntas de Freguesia em que houve diminuição do valor para os espaços verdes, seriam compensadas e seria feito o acerto de contas. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, começou por dizer que o projecto da Cofina foi aprovado em 2004, na presidência do Dr. Pedro Santana Lopes, a autorização para o início das obras, escavação e contenção periférica, que ali foi referida por um dos moradores e que dera origem àquele enorme buraco, foi deferida antes da actual Câmara ter tomado posse. -----

----- Portanto, a intervenção da actual Câmara, neste processo, foi a emissão da licença para a realização da estrutura e do resto do edifício, aliás precipitada porque existia uma enorme cratera naquela espaço que punha em causa a estabilidade dos edifícios que estavam à volta. -----

----- Em 30 de Julho, depois dos moradores se terem manifestado contra o projecto que estava a emergir e terem consultado os projectos na Câmara, foi feita uma vistoria com a Polícia Municipal e com os técnicos da Câmara, vistoria essa onde foram detectadas discrepâncias entre o projecto aprovado e a obra que estava a ser realizada, e cinco dias depois da vistoria, quando estava a ser apreciado o processo de embargo, dera entrada na Câmara um projecto de alterações em obra, uma figura prevista na legislação urbanística, que ultrapassava as dificuldades existentes, e nessa altura foi estabelecido um acordo com o promotor para parar a betonagem da laje de cobertura até que o projecto de alterações tivesse visto e que se verificasse que estava conforme com todos os regulamentos. -----

----- Esse projecto estava em apreciação, não estava ainda aprovado, a betonagem da laje de cobertura estava parada, segundo informação que lhe foi dada pelo Sr. Director Municipal e pelos técnicos municipais, e só seria reposta a betonagem dessa laje se e quando se confirmasse que o projecto não violava qualquer dos regulamentos aplicáveis. -----

----- Disse que a posição da Câmara tem sido a de respeitar compromissos, porque não podiam estar permanentemente a desrespeitar compromissos assumidos ao longo dos anos, sem pôr em causa, obviamente, os direitos dos vizinhos. Essa análise seria feita e isso seria salvaguardado. -----

----- Aliás, não podia deixar de referir que, para além deste, imensos casos têm vindo na comunicação social de situações aprovadas durante os mandatos do Dr. Pedro Santana Lopes e do Prof. Carmona Rodrigues, nomeadamente os pipes da Av. Duque de Loulé, que foram aprovados, criaram direitos adquiridos e foram recusados pela Câmara Municipal em Julho de 2008; o projecto do Rato que foi aprovado em Julho de 2005 e que foi recusado agora, mas que também criara direitos aos promotores; para não falar já do escândalo que era o Bairro da Liberdade, onde foram demolidos fogos que davam para realojar as pessoas que neste momento viviam na escarpa que estava em risco de cair. Foram demolidos prédios no Bairro da Bela Flor com um investimento de 5,5 milhões de euros! Disso ninguém falava, mas se esses prédios

estivessem lá poderiam ter realojadas todas as pessoas que estavam em risco de vida com a queda daquela falésia. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que queria começar por registar que o Sr. Presidente da Câmara, com a sua ausência neste momento da discussão, não dera a cara pelos seus Vereadores, em particular pela Sra. Vereadora da Educação, que estava sob ataque político, legítimo na Assembleia Municipal, e também não dera a cara pelo acordo que há muito pouco tempo assinara. Isso era sintomático do empenho do Sr. Presidente na defesa da Sra. Vereadora e na defesa do acordo. -----

----- Referiu que registavam o esforço dos intervenientes em darem, e deram, as suas explicações, o PSD era livre de as aceitar, mais ou menos. -----

----- Em relação à Sra. Vereadora Helena Roseta, que cumprimentava por usar da palavra na Assembleia Municipal, desejava referir apenas que o seu Movimento, quando tivera que optar, optara por museus em detrimento do povoamento da cidade, que seria permitido pela requalificação e reabilitação de quarteirões, na Baixa. -----

----- Por outro lado, a Sra. Vereadora Rosalia Vargas interviera, e era legítimo referir e elogiar, assumindo as suas responsabilidades, mas para ser elogiável a assunção de responsabilidades era preciso que isso tivesse uma consequência. Não era apenas chegar ali, dizer que assumia as suas responsabilidades, sentava-se e ficava tudo na mesma. Não, teria que haver alguma consequência, e perguntava qual. A Sra. Vereadora ia entregar os Pelouros? O Sr. Presidente da Câmara ia retirar-lhe o Pelouro da Educação? O que era assumir responsabilidades nessa matéria? -----

----- Depois, desejava também ser esclarecido sobre de onde saíram os 800 mil euros necessários para que não houvesse nenhuma dificuldade com esses projectos, porque saíram de algum lado e com certeza outras áreas ficaram descapitalizadas. Algum prejuízo teria havido então noutra sector da actividade da Câmara, e a Assembleia desejava saber qual. -----

----- Sobre a questão das verbas para as Juntas, matéria referida pelo Sr. Vereador Cardoso da Silva, disse que essa questão só existia por uma birra absurda da coligação e de desentendimentos entre o PS e o BE. Só por isso é que as verbas verdadeiramente necessárias para as Juntas de Freguesia não foram, como deveriam ser, inscritas nos protocolos. -----

----- Portanto, iriam aguardar, mais uma vez, mais um prazo, mais uma próxima reunião de Câmara, nem sequer se dizia qual, para saber se efectivamente isso iria ser cumprido e o que era que a Câmara iria pagar. Neste momento já deveria ter pago três tranches! Ia pagar as três tranches? Ia pagar só uma? Neste caso, honrar os compromissos não era só transferir as verbas, era também transferi-las atempadamente. Em Outubro já não era oportuno, as Juntas estavam asfixiadas, estavam em rotura, portanto esse compromisso não era honrado. -----

----- Sobre a Cofina, disse que a Câmara, nesse projecto, teve uma opinião à segunda, à quarta e à sexta-feira, e outra à terça, à quinta e ao sábado, mas o Sr. Vereador não referira ali, e podia tê-lo feito, o escândalo que foi o processo, que estava agora em curso, das Torres do Colombo, nos mandatos do PS e do PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que pelas intervenções dos Srs. Vereadores, registavam: -----

----- Primeiro, que as grandes confusões urbanísticas que subsistiam e que preocupavam os lisboetas, se deviam, integralmente, à gestão urbanística do PSD e do Dr. Santana Lopes na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Segundo, que a Câmara Municipal tem cumprido rigorosamente com as Juntas de Freguesia, as suas responsabilidades e o seu compromisso político/financeiro, o que muito os aprazia. -----

----- Terceiro, que o PSD não tinha, de facto, sentido de Estado, porque, para além das barbaridades urbanísticas, levanamente agora pretendia que a Câmara fizesse uma coisa sem a acautelar e salvaguardar primeiro o interesse municipal, e naturalmente também aquilo que legítima e legalmente, bem ou mal, tivesse sido aprovado atrás. ---

----- Disse que o PS votaria a favor, integralmente, a Recomendação do BE no sentido da suspensão desse projecto, mas também entendiam que teria que haver sentido de responsabilidade e que não podia agora o Município, em termos de futuro, empenhar-se financeiramente por causa de barbaridades urbanísticas que o PSD fizera aprovar. Mas se não houvesse ilegalidades formais, naturalmente teriam que arcar com as consequências. -----

----- Daí que, no entender do PS, o mais importante da Recomendação do BE fosse que se aprovasse a auditoria – mas iriam votar tudo a favor – porque era sobretudo a partir dessa auditoria que se poderiam tirar conclusões definitivas em relação ao futuro. Mas era um facto que o PSD, sempre que queria levantar alguma coisa do ponto de vista populista, acabava por cair no próprio pântano que criara na Cidade de Lisboa. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pela Senhora Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. ---

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do BE. ---

----- A **Moção n.º 2**, apresentada pelo PSD, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PEV, votos contra do PS e BE, e a abstenção do PCP. -----

----- Ponto 2 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PEV, votos contra do PS e BE, e a abstenção do PCP. -----

----- Ponto 3 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do PCP. -----

----- Ponto 4 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do PCP. -----

----- Ponto 5 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do PCP. -----

----- Ponto 6 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS. -----

----- Ponto 7 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos contra do PS e BE -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Apenas para dizer que nós pedimos a votação ponto por ponto desta Moção porque consideramos que a Carta Educativa para Lisboa é um instrumento estratégico essencial para o futuro da cidade e da educação na Cidade de Lisboa, e não se podia, no mesmo ponto, saudar a conclusão da Carta Educativa e ao mesmo tempo dizer que ela é inimiga da qualidade. -----

----- Há um erro grave na elaboração deste ponto, assim como há uma avaliação errada, na nossa opinião, da importância que a Carta Educativa tem para a sua implementação no futuro, independentemente das candidaturas ao QREN ou seja a que fundos for. A Carta Educativa é um projecto estratégico para a Cidade de Lisboa, de facto a sua aplicação não deve depender do financiamento comunitário, deve ser uma prioridade assumida pelo Executivo e pela Assembleia Municipal. -----

----- Finalmente, votamos contra a realização de um novo estudo de mobilidade porque estudos de mobilidade na Cidade de Lisboa já há muitos. E, para vossa informação, no próximo ano vai haver um inquérito à mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa, esse sim é que pode dar elementos para os tais estudos de mobilidade, actualizados, que a Cidade de Lisboa precisa. -----

----- Portanto, neste momento Lisboa não precisa de mais estudos de mobilidade.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS e BE, e a abstenção do PCP e PEV.

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Municipal do CDS-PP votou a favor desta Moção do PSD, entende que a mesma é útil para a cidade, concorda com o seu teor, mas não pode deixar de reforçar nesta altura, atendendo ao seu sentido de voto, que, em Maio de 2006, o CDS-PP apresentou nesta mesma Assembleia uma Moção em quase tudo idêntica à que hoje é apresentada pelo PSD, e que mais de dois anos depois a situação se mantém exactamente igual ou pior. -----

----- Esperávamos, no entanto, – e isto sem inviabilizar, obviamente, o nosso voto favorável – que mais de dois anos depois tivessem sido aqui já apresentadas propostas concretas. Aliás, foi nesse momento, Maio de 2006, o fundamento para que a Recomendação do CDS-PP tivesse sido rejeitada tinha a ver com o facto de não terem sido apresentadas propostas concretas. -----

----- Hoje, dois anos e meio depois, essas propostas concretas continuam por apresentar, e o estado do Bairro Alto muito pior que o que estava há dois anos e meio atrás.” -----

----- A **Moção n.º 4**, apresentada pelo PSD, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do PCP. -----

----- Ponto 2 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do PCP. -----

----- Ponto 3 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, e a abstenção do PCP, BE e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nesta votação ponto por ponto o PS decidiu manter a sua opção inicial de votar contra esta Moção, porque não quer ficar associado a nenhum dos considerandos que estão nela referidos nem às suas conclusões. -----

----- Mas, não temos nada a opor, antes pelo contrário estamos de acordo, que possa haver um debate sobre esta matéria em sede de Assembleia Municipal.” -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo PCP, com votos contra do PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 6**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do BE. ---

----- Antes de pôr à votação a Moção 6-A, a **Senhora Presidente** questionou os líderes dos Grupos Municipais se consideravam que ela estava prejudicada face ao resultado da votação da Moção anterior, o que na sua opinião não acontecia porque a redacção não era exactamente igual. Ninguém se tendo manifestado passou à votação da referida Moção. -----

----- A **Moção n.º 6-A**, apresentada pelo PS, foi votada ponto por ponto tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PCP e um Deputado Municipal do PSD. -----

----- Ponto 2 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PCP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 7**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do BE. ---

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 8**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 9**, apresentada pelo BE. -----

----- O Deputado Municipal Ferreira Pereira, do PSD, segundo informação da Senhora Presidente, não tomaria parte na votação da Moção n.º 10, a seu pedido. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 10**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- A **Moção n.º 11**, apresentada pelo CDS-PP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS e BE. -----

----- Ponto 2 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, fez a seguinte declaração de voto:

----- “Naturalmente nós entendemos que a Assembleia Municipal deve ter acesso a todos os resultados do inquérito e aos documentos inerentes a isto, mas de maneira nenhuma queremos ficar associados a esta lamentável Moção, e, portanto, votamos contra. “ -----

----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PEV, votos contra do PS e PCP, e a abstenção do BE. --

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 2**, apresentada pelo PSD. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo PSD. -----

----- A **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo PCP, foi votada ponto por ponto tendo a Assembleia Municipal deliberado: -----

----- Ponto 1 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, BE e PEV, e votos contra do CDS-PP. -----

----- Ponto 2 – rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e CDS-PP, e votos favoráveis do PCP, PS, BE e PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 5**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 6**, apresentada pelo PEV, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PS e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 7**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 8**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PS e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 9**, apresentada pelo PCP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 10**, apresentada pelo BE, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, e votos favoráveis do PCP, BE e PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 10-A**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, CDS-PP e PEV, e votos contra do BE. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 11**, apresentada pelo BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 12**, apresentada pelo CDS-PP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 13**, apresentada pelo CDS-PP. -

----- A **Recomendação n.º 14** apresentada pelo CDS-PP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e PCP. -----

----- Ponto 2 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PEV, votos contra do BE, e a abstenção do PS e PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, fez a seguinte declaração de voto:

----- “É só para informar que nós abstivemo-nos na Recomendação do CDS-PP sobre os Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa porque ela é uma redundância. Eles já

estão a ser lançados, para o ano que vem continuarão. Portanto apenas interpretamos esta Recomendação do CDS-PP como querer cavalgar uma coisa que já sabe que já está em andamento. -----

----- E o mesmo se passa, e aí votamos a favor porque é um sinal claro que queremos dar, em relação às passadeiras para peões junto às escolas, embora sabendo das limitações técnicas que os próprios serviços têm em relação a esta matéria.” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós abstivemo-nos nalguns casos e votamos contra noutros. Abstivemo-nos na votação da Moção n.º 2 porque nos consideramos se defendia que a Carris passasse a ser tutelada pelo Município, e nós estamos contra esse objectivo. Depois já acentuava a questão da delegação de competências para o 2º ciclo. Portanto, nós estávamos de acordo com a parte decisória, em relação aos considerandos é que estávamos em desacordo. -----

----- Na questão da Moção n.º 3, esta guerra aos cartazes, seja de que força política for, cheira-nos realmente a passado. Portanto, aqui também nos abstivemos porque entendemos que não devíamos acompanhar esta postura. -----

----- Na Moção n.º 4, frente ribeirinha, há considerandos excessivos de elogio ao PSD como tendo sido a única força, digamos, que no Município tenha trabalhado na área do planeamento, o que era, obviamente, uma inverdade. E depois antecipa-se de certo modo, e daí a nossa reserva e a nossa abstenção, ao trabalho que tem estado a ser realizado no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Zona Ribeirinha. É aí que rapidamente temos que discutir e preparar um relatório e as propostas a esta Assembleia quanto a esta matéria. -----

----- Depois, nós fizemos sugestões de alteração à Moção n.º 6, com a actualização das verbas em relação à inflação, o que foi aceite pelo PSD e não foi aceite pelo PS. Daí termos votado favoravelmente a Moção do PSD e, obviamente, nos termos abtido em relação à Moção do PS. -----

----- Queria dizer que votamos contra a Recomendação n.º 1 porque é claramente contra o novo aeroporto, é contra a travessia, é regressiva, cheira também a passado, cheira a não desenvolvimento, e nós, na Área Metropolitana de Lisboa, pretendemos desenvolver a inovação e o desenvolvimento. -----

----- Em relação à Recomendação n.º 10, votamos sim às duas recomendações que foram apresentadas, a primeira e a alternativa do PSD, mas queremos dizer que na Câmara Municipal iremos fazer uma proposta concreta em relação a esta matéria das embaixadas em Lisboa. -----

----- Finalmente, em relação às bolsas de estudo, cheira um pouco agora àquela propaganda dos 500 euros aos bons alunos como acções antipedagógicas, e como isto não está claro resolvemos abster-nos em relação a esta Recomendação porque consideramos que há outras formas de desenvolver a educação na Cidade de Lisboa.”

----- **O Deputado Municipal José Gusmão (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -

----- “Uma declaração de voto telegráfica que tem a ver com a Recomendação n.º 14. -

----- O BE aprovou o primeiro ponto e votou contra o segundo pelos motivos que por acaso acabaram por ser expostos pelo Deputado Modesto Navarro. Nós pensamos que num País em que a maioria esmagadora dos estudantes economicamente carenciados continua a não ter qualquer tipo de apoio social da parte do Estado, é um País que deve prioritariamente investir todo o dinheiro que puder através de bolsas de estudo, de acordo com critérios de dificuldades económicas. -----

----- Não temos nada de princípio contra bolsas de mérito, pensamos que poderemos ir a esse assunto quando resolvermos problemas sociais bem mais graves. -----

----- Compreendemos que o CDS-PP não compreenda isso.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O CDS-PP votou favoravelmente a Recomendação n.º 2 porque entende que esta questão arrasta-se há tempo demais, e quer recordar aqui as declarações da Sra. Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes, na reunião de 20 de Novembro de 2007, quando o CDS-PP apresentou uma Moção exactamente sobre o mesmo tema e que quase um ano depois, apesar das promessas do Grupo Municipal do PS, a situação está igual ou está pior do que então estava. -----

----- Uma última nota para a situação das passadeiras. Compreendemos as palavras do Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho, mas o problema é que já devia estar feito, e não está.” -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, e, dado o adiantado da hora, deu também por encerrada a reunião, informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, na próxima terça-feira, dia 23 de Setembro, com a apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

----- Eram 19 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____.

----- A PRESIDENTE -----